

Daniel Resende de Melo

ações voltadas aos circuitos curtos de comercialização da
agricultura familiar e suas contribuições para o
desenvolvimento econômico: um estudo do território do médio e
baixo Jequitinhonha em Minas Gerais

Belo Horizonte
2017

Daniel Resende de Melo

AÇÕES VOLTADAS AOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO DO TERRITÓRIO DO MÉDIO E
BAIXO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Cristina Aguilar de Souza

Belo Horizonte
2017

M528a Melo, Daniel Resende de.
Ações voltadas aos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento econômico [manuscrito] : um estudo do território do Médio e Baixo Jequitinhonha em Minas Gerais / Daniel Resende de Melo. – 2017.
[12], 76 f. : il.

Monografia de conclusão de curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2017.

Orientadora: Carla Cristina Aguilár de Souza
Bibliografia: f. 79-87

1. Agricultura familiar – Jequitinhonha (MG). 2. Desenvolvimento econômico – Jequitinhonha (MG). 3. Desenvolvimento regional – Jequitinhonha (MG). I. Souza, Carla Cristina Aguilár de. II. Título.

CDU 631 (815.1-0 Jequitinhonha)

"Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o Céu, enquanto que as cheias as baixam para a terra, sua mãe." Leonardo da Vinci

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e pesquisadores da Fundação João Pinheiro por todo empenho feito para minha formação profissional. À minha orientadora, Carla Cristina Aguilar de Souza, que com suas orientações tornou possível à existência deste trabalho. Também a todos meus amigos, familiares e colegas que colaboram comigo de alguma forma.

RESUMO

Este trabalho retrata a inserção dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar como instrumento de desenvolvimento econômico local/regional, bem como algumas políticas públicas voltadas ao fortalecimento desse tipo de mercado, com enfoque no Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha em Minas Gerais, que é um ambiente tipicamente rural, de baixa renda e com baixa qualificação da mão de obra local. Esses fatores, associados com o distanciamento das principais rotas comerciais podem tornar o circuito curto agroalimentar uma alternativa compatível e viável no auxílio do desenvolvimento local. Os principais resultados apresentados na avaliação das políticas públicas mais relevantes a esse mercado observado foram: I) Diminuição do número total de concessões das linhas de créditos acompanhado do aumento no valor nominal individual médio desses empréstimos ofertado através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), avaliado em anos alternados, referente ao período de 2006 a 2012, o que pode ser indício de maior obstáculo de acesso ao crédito pelo pequeno produtor. II) Crescente disponibilidade de recursos nominais ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), avaliado nos anos alternados referente ao período de 2010 a 2016, associado com a ampliação do serviço prestado pelo programa aquém do esperado, provavelmente devido a efeitos sazonais. III) Contingenciamentos consecutivos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período de 2012 a 2016, associados a indícios de elevada dependência do programa por transferências. IV) Fornecimento de equipamentos, informações e infraestrutura básica aos feirantes da região para auxílio na atividade comercial dos alimentos produzidos, no período de 2015 a 2017, através de ações do Programa 059 do Governo de Minas Gerais. Sendo essas políticas abordadas importantes ao desenvolvimento do território estudado, conforme consta nas pesquisas bibliográficas, documentais e avaliação dos programas, expostos neste trabalho.

Palavras-chave: circuitos curtos de comercialização; desenvolvimento local; agricultura familiar; construção de mercado; médio e baixo Jequitinhonha.

ABSTRACT

This monographic work describes the insertion of short circuits commercialization of family farming as a tool of local/regional economic development, as well of some public policies made to assist this type of market, focusing on the “Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha” in Minas Gerais, Brazil, which is a typically rural environment, low income, and with low qualification of workforce. These factors, associated with the distance of main trade routes can make the short circuit agri-food an acceptable and viable alternative in aid of local development. The main results obtained in the exam of the most relevant public policies made to assist this market were: I) Decrease in the total number of concessions of credit lines accompanied by the nominal increase in the average individual value of these loans offered through the “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (PRONAF), measured in the intervening years for the period from 2006 to 2012, which may indicate an obstacle to credit access by the small producers. II) Increasing of nominal availability resources to the “Programa Nacional de Alimentação Escolar” (PNAE), measured in the alternate years for the period from 2010 to 2016, associated with the expansion of the service provided by the program below expectations, probably due to seasonal effects. III) Contingencies consecutive to the “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA), between 2012 and 2016, with indications of high dependence the program on transfers. IV) Supply equipment, information and basic infrastructure to the region's farmers to assist in the commercial activity of food produced, from 2015 to 2017, through actions of Program 059 of Minas Gerais Government. These policies are important to the development of the studied territory, as it appears in bibliographical researches, documentaries and evaluation of the programs, exposed in this work.

Keywords: short circuits of commercialization; local development; family farming; market construction; médio e baixo Jequitinhonha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Extensão dos canais de distribuição dos circuitos de comercialização	21
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos territórios de desenvolvimento no PIB e nos valores adicionados setoriais de Minas Gerais - 2014 (Porcentagem e acumulado).....	38
Gráfico 2 - Evolução das receitas brutas de vendas do PAA – Brasil – 2011-2015	67
Gráfico 3 - Evolução dos recursos destinados ao PAA – 2003-2012.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – 2017	63
Quadro 2 - Principais ações de incentivo às Feiras Livres do Programa 059 - Apoio À Produção Sustentável, Agregação De Valor e Comercialização - Do Campo À Mesa.....	71
Quadro 3 - Principais execuções das ações inseridas no Programa-059 relacionadas ao apoio à comercialização das Feiras Livres no Estado de Minas Gerais – 2015 a 2016.	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual populacional rural, população residente total - urbana – rural e densidade demográfica - Territórios de desenvolvimento de Minas Gerais - 2010.....	37
Tabela 2 - Composição do valor adicionado bruto por atividade econômica - Minas Gerais e Territórios de Desenvolvimento - 2014	39
Tabela 3 - Percentual de estabelecimentos familiares, número total e área dos estabelecimentos familiares e não familiares correspondentes aos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2006.....	40
Tabela 4 - Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – 2006	50

Tabela 5 - Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2008.....	51
Tabela 7 - Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2012.....	53
Tabela 8 - Valor repassado da União a estados e municípios por dia letivo por aluno, referente à etapa e/ou modalidade de ensino vigente em 2017.....	56
Tabela 9 - Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado, aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2010	58
Tabela 10 - Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2012	58
Tabela 11 - Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2014	59
Tabela 12 - Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2016	59
Tabela 13 - Valor total repassado ao PNAE, valor das aquisições da agricultura familiar, e porcentagem de participação da agricultura familiar - Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha/MG - 2011 -2015.....	60
Tabela 14 - Valor total repassado ao PNAE, valor das aquisições da agricultura familiar, e porcentagem de participação da agricultura familiar - Estado de Minas Gerais - 2011 -2015	61
Tabela 15 - Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2012.....	64
Tabela 16 - Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2013.....	64
Tabela 17 - Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade de produtos	

fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2014.....	65
Tabela 18 - Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade de produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2015.....	65
Tabela 19 - Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade de produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2016.....	66
Tabela 20 - Execução do PAA no Brasil - 2011 -2015	68
Tabela 21 - Número total de Kits Feira Livre entregues no Estado de Minas Gerais pela ação 4131 do Programa 059 até maio de 2017.....	73
Tabela 22 - Municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha beneficiados pelos Kits Feira Livre e o número acumulado de entrega dos Kits até maio de 2017.....	74

LISTA DE SIGLAS

CEI – Centro de Estatística e Informações

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informação

EEX – Entidade Executora

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAO - Food and Agriculture Organization

FJP – Fundação João Pinheiro

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IAASTD – International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development

PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

GECAF - Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

SUPAF - Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar

TDMBJ – Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Metodologia do estudo	15
2. CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: APROXIMAÇÃO ENTRE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E CONSUMIDORES	19
2.1 Circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar	20
2.2 Histórico da produção rural no Brasil a partir da década de 90	24
3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIRCUITO CURTO	27
3.1 Estratégias voltadas ao desenvolvimento local	30
3.2 O circuito curto como alternativa de desenvolvimento local	32
3.3 Papel do Estado no fomento de mercado	34
4. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA	36
4.1 Justificativas do território como objeto do estudo	40
4.2 Circuitos curtos da agricultura familiar: uma estratégia colaborativa do desenvolvimento econômico do Médio e Baixo Jequitinhonha.	42
5. AÇÕES DE INCENTIVO AOS CIRCUITOS CURTOS: UM PANORAMA DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA	45
5.1 Ações como instrumento colaborador do circuito alimentar	45
5.2 Incentivos à oferta: PRONAF	47
5.3 Incentivos à demanda	55
5.3.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	55
5.3.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	62
5.4 Incentivo ao comércio: Apoio às Feiras Livres da agricultura familiar	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76

REFERÊNCIAS79

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar, advindo da produção obtida em minifúndios geralmente adotando policultura e cultivo manual. Essa estrutura de produção e comércio assume posição complementar ao modelo agrícola patronal, afinal atuam em nichos de mercados diferenciados¹. Esse último modelo se associa ao agronegócio, praticado em latifúndios geralmente adotando monocultura e cultivo mecanizado. O seguinte estudo avalia não apenas o arcabouço desse mercado de característica proximal entre produtor e consumidor (circuito curto) incluindo a ele também algumas ações que visam incentivar sua estrutura.

Os circuitos comerciais de curta dimensão normalmente incluem maior quantidade de atores no processo produtivo quando comparada ao circuito longo.² De acordo com a pesquisa apresentada pelo convênio Incra/FAO³, em conjunto com o MDA⁴ (MDA/FAO, 2000), estabelecimentos familiares que estruturam essa forma tradicional de produção são os principais geradores de empregos nas áreas rurais, pois criam em média um posto de trabalho a cada 8 hectares, ao passo que estabelecimentos patronais por serem mecanizados, precisam cerca de 67 hectares para gerar o mesmo número de postos de trabalho.

As características dessa cadeia produtiva tradicional associada à venda⁵ direta e indireta (com um intermediário) englobam mais que aspectos inclusivos em sua estrutura, compreendendo também variáveis técnico-produtivas sustentáveis, segurança alimentar, justiça social. Ou seja, tratam de multifuncionalidades obtidas através do apoio a esse modelo agrícola tradicional, ressaltadas por Moruzzi e Lacerda (2008).

¹ Agricultura familiar – geralmente produz alimentos de menor valor agregado, perecíveis e de consumo local, como hortaliças e frutas incompatíveis à colheita mecanizada. Agricultura Patronal – geralmente produz alimentos de maior valor agregado, como grãos e alimentos voltados à exportação que apresentam ganhos de escala.

² Consta um número maior de atravessadores entre o produtor e o consumidor

³ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / FAO – *Food and Agriculture Organization*.

⁴ MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário.

⁵ Em Feiras livres, porta a porta, beira de estrada, venda institucional, etc.

Em vista disso, essa aproximação entre produtores e consumidores é visto como uma alternativa ao incentivo econômico regional, principalmente em territórios de predominância rural e baixo dinamismo econômico, como é o caso do Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha (TDMBJ). Afinal, tal localidade se destaca como detentora dos maiores patamares de pobreza, os quais estão associados com uma economia de peso expressivo na agricultura de subsistência (SIMÃO, 2004).

Dessa forma, analisa-se a perspectiva da aparente viabilidade dos circuitos curtos e algumas repercussões econômicas e sociais associadas a ele, sendo as atividades oriundas dessa relação produtiva. Ademais, ainda de acordo com o estudo citado (MDA/FAO, 2000), as atividades correspondentes à agricultura familiar (incluindo o circuito curto) contribuem efetivamente para o abastecimento do país. Além disso, a pesquisa denota que mesmo havendo dificuldades por parte dos agricultores familiares em obter acesso ao crédito, e a inovações técnicas, eles ainda conseguem apresentar importante capacidade produtiva.

Tal relação produção/consumo visa resgatar a autonomia do agricultor familiar, bem como evidenciar características regionais pertencentes à cultura local. Como consequência do fortalecimento desse tipo de mercado espera-se gerar benefícios não apenas aos produtores, mas também aos consumidores que passam a receber maior oferta de produtos, sobretudo orgânicos, conforme expõe Campanhola e Valarini (2001). Nesse sentido, a descentralização do processo produtivo traz a possibilidade de estimular o desenvolvimento econômico regional/local. Em vista disso, o trabalho retratará essa opção de produção e comercialização agroalimentar estruturada em técnicas tradicionais de cultivo.

Em face do exposto, o objetivo geral desta monografia é estudar as ações mais relevantes adotadas no TDMBJ que contribuem com o circuito curto de comercialização da agricultura familiar, bem como as colaborações desse mercado com o desenvolvimento regional/local. Destarte, elabora-se no trabalho o exame da perspectiva favorável à inserção da produção e comércio agroalimentar de curta dimensão, como incentivadora do desenvolvimento regional. Sendo assim, o presente trabalho visa responder aos seguintes questionamentos:

- Como os circuitos curtos de comércio agroalimentar da agricultura familiar podem contribuir para o desenvolvimento econômico regional/local?
- Quais as ações mais relevantes voltadas ao fortalecimento desse tipo de mercado complementar, no TDMBJ em Minas Gerais?

Em suma, o objetivo geral é compreender se esse mercado agroalimentar possui relações que colaboram com o desenvolvimento regional/local, bem como estudar as principais ações com enfoque na consolidação das cadeias produtivas curtas no TDMBJ.

O objetivo geral descrito acima, se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- A) Explicação sobre o circuito curto de comercialização agroalimentar e as suas principais características e relevâncias, bem como uma breve contextualização histórica acerca do tema no Brasil até esta última década.
- B) Entender alguns pontos importantes sobre desenvolvimento local, relacionando-os com os circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar.
- C) Sobre a região: Justificativa da escolha do TDMBJ, bem como suas peculiaridades e as principais características desse tipo de mercado na localidade.
- D) Estudar as ações de maior relevância como incentivadoras dos circuitos curtos de comércio agroalimentar da agricultura familiar no TDMBJ.

1.1 Metodologia do estudo

Este estudo se constitui como pesquisa descritiva que visa analisar os circuitos curtos agroalimentares da agricultura familiar, associados às ações incentivadoras dessa relação de produção e consumo, com ênfase no TDMBJ. Os procedimentos abordados se estabelecem de modo indireto, de natureza aplicada e com objetivo enquadrado na condição de pesquisa bibliográfica e documental, assumindo posição dedutiva.

Seguindo o exposto, a base da pesquisa se estrutura em estudos prévios abrangendo análises documentais de informações quantitativas, disponibilizadas através de informativos oficiais como os portais: PAA Data⁶; Fundo Nacional de Educação (FNDE) ⁷; Banco Central do Brasil⁸; Portal Brasileiro de Dados Aberto⁹; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰.

Essa opção se justifica devido ao método escolhido proporcionar amplo instrumento de estudo do tema, considerando a vastidão territorial e temporal, a diversidade cultural e regional que compõem os territórios. Em suma, os respectivos exames expostos no trabalho se estruturam na coleta informativa de fontes secundárias abrangendo assim dados censitários e estatísticos, que serão subsequentemente minuciados. Além disso, são estabelecidas relações entre essas variáveis verificadas de modo a evidenciar melhor a realidade apreciada.

Portanto, a presente monografia se fundamenta em amplo repertório de outros estudos prévios e análises documentais de exposição pública, pertinentes ao tema tratado, propondo assim retratar a realidade do conteúdo observado através de descrições não apenas qualitativas, mas também quantitativas e no relacionamento das variáveis tratadas.

Na primeira fase do trabalho pretende-se situar o leitor sobre o cenário desse mercado no Brasil, bem como delimitar os aspectos de maior relevância e contextualizações históricas que organizam as bases da realidade dos circuitos curtos de comércio agroalimentar no país. Posteriormente, segue-se percurso metodológico semelhante, porém com enfoque na concepção econômica e seus desdobramentos, baseado em avaliações de autores que discorrem sobre verificações relacionadas ao assunto.

⁶ Base de dados que fornece informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

⁷ Autarquia federal, que disponibiliza sua base de dados com informações a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁸ Base de dados para consulta pública sobre informações de programas do Governo Federal

⁹ Disponibilizado pelo Governo Federal para que facilitar o acesso a informações públicas

¹⁰ Base de dados que disponibiliza os Censos realizados pelo instituto

No próximo capítulo são delimitadas as principais características econômicas e sociais do TDMBJ. A constatação desses aspectos é dada através da exposição de informações disponibilizadas principalmente nos últimos Censos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Subsequentemente, expõem-se as principais políticas públicas com intuito de estimular os circuitos curtos tratados por vias que se complementam em três perspectivas, sendo elas oferta, demanda e comercialização. Pela primeira perspectiva analisam-se os impulsos a oferta dos produtos familiares através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em que os recursos destinados a um conjunto de ações incentivadoras da produção estão devidamente apresentados no portal do Banco Central do Brasil, e nos Censos Agropecuários.

Outras importantes ações que visam estimular à demanda desse mercado, decorrem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujos dados orçamentários estão expostos nos portais: PAA Data e Fundo Nacional de Educação (FNDE). Por último, a perspectiva da comercialização é tratada em atuações de promoção infraestrutural básica e de equipamentos aos comerciantes das Feiras Livres através de ações inseridas no programa “Do Campo À Mesa”, cujos dados são fornecidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), do Estado de Minas Gerais que é a repartição responsável pela execução do programa.

O estudo dessas perspectivas será dado da seguinte forma: no caso da oferta, será comparando o TDMBJ com os demais territórios do Estado de Minas Gerais, avaliando, sobretudo, o número de concessões de crédito e o valor total dessas concessões (proporcional ao contingente populacional e PIB de cada local). O exame da demanda que envolve o PNAE e o PAA, se constitui através da análise da evolução das concessões de recursos destinados aos programas, considerando a inflação acumulada, e o número de atendimentos prestados no território estudado. Ao passo que, o estudo da comercialização também será dado com enfoque interno nesse mesmo território.

Essa escolha ocorre devido às bases de dados disponibilizadas para consulta proporcionarem melhor avaliação por esse panorama de estudo. Além disso, o PRONAF por ser um programa que concentra ações de caráter abrangente e de âmbito nacional mais

acentuado, possibilita a avaliação comparativa dos territórios que compõem Minas Gerais. O PNAE e o PAA, apesar de também apresentarem atuação nacional, possuem caráter regional mais evidente, envolvem mais atores que os produtores rurais e atuam direto nas entidades regionais. Por isso serão avaliados internamente e verificada a sua atuação nos municípios do território estudado. Da mesma forma, serão examinadas algumas ações do programa “Do Campo à Mesa”, cuja abordagem será somente dentro do território estudado por ser a política pública de caráter mais regionalizado que as outras aqui tratadas e ter sido implantada recentemente.

Assim, a estrutura de incentivo ao mercado estudado atua através do estímulo da oferta e da demanda, em conjunto com a atuação das chamadas Feiras Livres. Esta conjunção e as informações associadas a elas compõem os insumos deste estudo, o qual objetiva aprender as dinâmicas estruturadoras desse mercado e suas prováveis influências regionais, ainda que de maneira incompleta.

2. CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: APROXIMAÇÃO ENTRE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E CONSUMIDORES

Os circuitos curtos de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar atuam em sintonia com o padrão descentralizado e inclusivo de desenvolvimento rural que passou a vigorar principalmente a partir da década de 1990, quando pequenas produções passam a ser mais valorizadas. Essa mudança estabeleceu relações consistentes entre algumas comunidades e o Estado, em uma dinâmica sustentável¹¹ a partir das localidades. Assim, demonstra-se uma proposta de transformação do ambiente rural brasileiro, que tem potencial promissor em obter resultados ainda mais satisfatórios ao longo do tempo.

A IAASTD (International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development) (2009) defende a concepção de que os sistemas familiares, com eixo agroecológico, são mais adequados em alguns pontos comparado aos sistemas patronais de agricultura em larga escala. Sendo eles, aspectos ecológicos¹² e de equidade social, atingindo também o âmbito produtivo, levando-se em consideração características como diversificação produtiva, qualidade dos produtos e preços atrativos ao consumidor.

Para compreender a concretização do circuito curto agroalimentar é necessário traçar um breve histórico com outro modelo agrário adotado no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960. Denominado por alguns autores de “revolução verde”¹³, que foi um período marcado pelo predomínio da produção patronal, grande aumento populacional, expansão da fronteira agrícola, e uma série de incentivos à modernização agrônômica.

O circuito agroalimentar proximal (com um ou nenhum atravessador entre produtor e consumidor final) por sua vez, cresce em importância na medida em que o padrão comercial e produtivo dominante falha em suprir satisfatoriamente algumas exigências do

¹¹ Proporciona o atendimento das necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade em atender as necessidades das gerações futuras.

¹² Agricultura familiar não necessariamente corresponde à agricultura orgânica, apesar de geralmente utilizar menor quantidade de aditivos químicos que a produção patronal convencional (SILVA, *ET AL.* 2010)

¹³ Esse conceito será devidamente abordado ao longo do capítulo, no tópico 2.2.

mercado contemporâneo, como: sustentabilidade, variabilidade produtiva e inclusão social. Dessa maneira, o circuito curto adquire maior visibilidade, pois trata essas demandas estabelecendo maior proximidade entre a sociedade e o sistema produtivo agrário (devido à parcela da comunidade antes excluída começar a se inserir na produção).

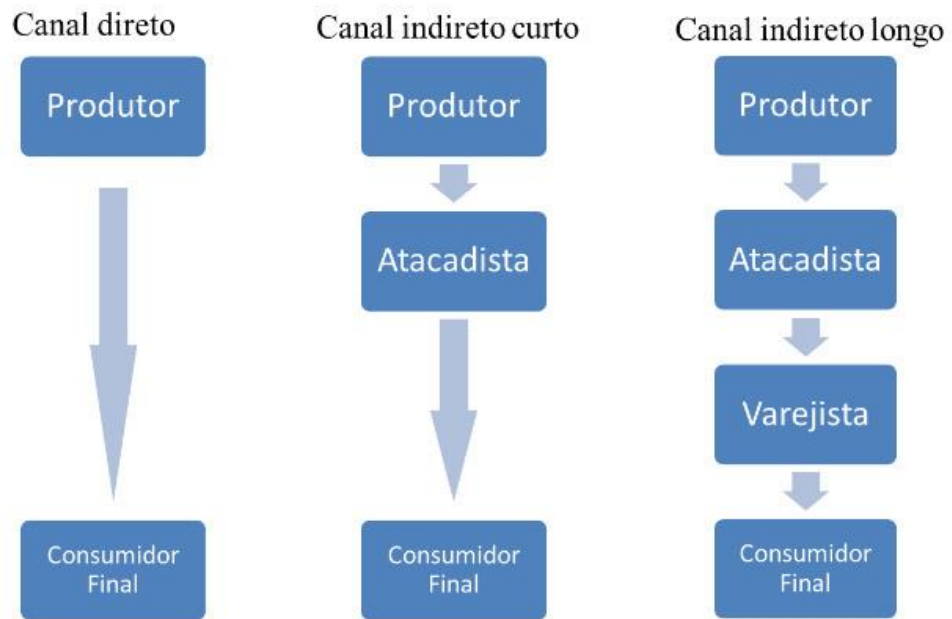
2.1 Circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar

Os circuitos curtos de comercialização na visão de Chaffote e Chiffolleau (2007) são aqueles que envolvem até um intermediário entre o produtor e o consumidor, sendo eles os circuitos curtos de venda: direta (sem intermediários) e indireta (com apenas um intermediário). Darolt (2013) complementa essa interpretação ressaltando que nesse tipo de mercado os produtores possuem maior autonomia sobre o que será produzido, e reúnem uma gama de produtos geralmente mais diversificada por empreendimento, em comparação a agricultura patronal. Esse tipo de comércio se estrutura na negociação e produção local, com característica comunitária e informal, marcada por essa diversidade produtiva. (DAROLT, 2013).

Na concepção de François (2000), apesar dessa propriedade regionalizada ser muito comum no mercado alimentar de comercialização por proximidade, o chamado circuito “curto” ou “longo” não necessariamente implica na distância física entre produtor e consumidor, mas sim no número de intermediários entre eles. Nesta lógica, a denominação de “proximidade” trata da aproximação entre consumidor e produtor no âmbito comercial e não espacial. Desta forma, um produtor que expõe seus produtos à venda em sua própria região ou em outra cidade, usando até um intermediário para isso, se encaixa no circuito curto de comércio. Por outro lado, na produção agroindustrial o produtor apenas produz a matéria prima, que posteriormente será transformada em produtos alimentares por grupos industriais e normalmente distribuída ao consumidor final através de cadeias de hipermercados envolvendo número maior de atravessadores, sendo assim um exemplo de circuito longo.

Sproesser e Lima Filho (2012) resumem na figura abaixo a extensão dos canais de distribuição relativos aos circuitos de comercialização. Do qual os canais direto e indireto correspondem ao “circuito curto” agroalimentar tratado neste estudo, enquanto que o canal indireto longo corresponde ao “circuito longo”, mais comumente adotado na agricultura patronal.

Figura 1 – Extensão dos canais de distribuição dos circuitos de comercialização



Fonte: Sproesser; Lima Filho (2012)

Essa relação próxima entre vendedores e compradores estabelece a lógica dos circuitos curtos, baseado na diminuição de atravessadores entre os agentes constituintes desse mercado. Assim, as cadeias curtas esboçam construções sociais ligadas a aspectos regionais e tradicionais, que se reproduzem em decorrência da participação em redes, as caracterizando, portanto como uma produção agrícola participativa.

De acordo com Granovetter (1985), redes como essas estão repletas de relações sociais que se sobrepõem a correspondências meramente comerciais, e com isso acabam internalizando componentes sociais à atuação econômica. Isso explica em parte o fato das características institucionais influenciarem as relações econômicas. Esta realidade por sua vez, abre espaço a questionamentos relativos à complexidade de compreensão do mercado, que se mostra mais que apenas um ambiente propício à troca de bens e serviços.

No que se referem às características dos produtos oriundos dessa forma de mercado, conforme abordado por Silva, *et al.* (2010), possuem qualidade superior aos que geralmente são oferecidos pelo mercado convencional aos consumidores. Isso ocorre devido à diminuição ou mesmo ausência de aditivos químicos comumente utilizados nos circuitos longos agroalimentares, o que gera uma série de benefícios, sobretudo à saúde humana. Essa condição agrega valor aos produtos obtidos diretamente com o produtor, ampliando o

portfólio oferecido ao comprador. Apesar da existência do caráter perecível desses alimentos limitar sua comercialização no âmbito local/regional.

A figura do agricultor familiar, por sua vez, está intimamente relacionada com a existência desse mercado agroalimentar complementar, haja vista que o pequeno produtor rural reúne em seu arcabouço produtivo aspectos multifuncionais necessários à existência dessa modalidade de produção e comércio. Para Sabourin (2005) o caráter inclusivo e regionalizado, constituem as bases necessárias ao desenvolvimento rural. Ploeg (2000) complementa ao descrever esses agricultores como trabalhadores que buscam: autonomia, renda, desenvolvimento e conhecimentos, que derivam na construção dos mercados de curta dimensão.

Complementando essa perspectiva, Sabourin (2001) retrata o ator familiar como importante componente desse mercado alimentar de curta dimensão, pois se inserem em uma dinâmica mercantil de produção, relacionada a formas individualizadas e/ou associativas, marcadas por redes informais e enraizadas em territórios locais. Wilkinson (2008) também reforça essa ideia ao descrever os pequenos agricultores como sendo os atores centrais dessa atividade que aproxima produção e comércio, característica do circuito curto.

Segundo Silva (1981), a agricultura familiar consiste na reunião de alguns elementos, quais sejam: a) utilização do trabalho familiar; b) posse de parte ou totalidade dos instrumentos de trabalho; c) produção direta, e parte do que é produzido destina-se a subsistência, quer seja via autoconsumo e/ou venda; d) não é fundamental a posse da propriedade, podendo ser inclusive composta de posseiros e arrendatários o grupo de trabalhadores. Tais elementos ressaltam importantes atributos do agricultor familiar, sendo parte deles a peculiaridade de reservar uma parcela da produção para o consumo próprio e destinar o excedente ao comércio, que geralmente se estabelece por via do circuito curto.

Esse excedente, por sua vez, acaba comumente sendo comercializado de maneira direta pelo próprio produtor, ou através de cooperativas familiares, representando quantidades não muito expressivas se comparadas com a produção dos grandes agricultores. Isso implica no fato de que o valor do frete para os principais centros de consumo geralmente não seria rentável, uma vez que em muitos casos sequer superaria os custos de transporte. Soma-se a isso a existência de dificuldades para escoar a produção devido à ausência de

infraestrutura adequada em muitas regiões, em sua maioria afastada dos centros urbanos. Além da acelerada perecibilidade da maioria dos produtos típicos da agricultura familiar contribuem com sua comercialização via circuito curto na própria localidade.

Diante dessa situação, os produtores buscam como alternativa a comercialização direta com o consumidor local, na maioria das vezes através das Feiras Livres, as quais ocorrem normalmente nos finais de semanas em alguns municípios. Esse comércio também se estabelece através da venda de porta em porta, na qual o produtor vai até a casa dos clientes oferecer seus produtos; além da venda em beira de estrada, local em que são expostos e vendidos seus produtos aos transeuntes.

Portanto, o que foi descrito evidencia algumas relações entre agricultura familiar e a comercialização direta (e semidireta) de alimentos, que são os circuitos curtos. Essa convergência de relações consolida esse mercado complementar estudado, que é enfatizado por Abramovay (1998; 1999), ao ressaltar a possibilidade de melhoria de vida dessas populações envolvidas através de projetos simples atribuídos à atividade agrícola participativa envolvendo produção e venda. Segundo o autor, a ampliação desses circuitos em que os agricultores se inserem funciona como ponto de partida para se alterar o ambiente institucional da área rural, e assim se desprender do atraso e do abandono. Afinal, a diminuição da miséria local é pressuposto para progressão do processo do desenvolvimento regional.

Por fim, para ilustrar o grau da participação familiar no cenário agrícola brasileiro, Guilhoto *et al.* (2007) expõem dados da agricultura familiar, no ano de 2005, atribuindo a ela o montante de 9,0% do PIB brasileiro, ao passo que o agronegócio em sua totalidade respondeu por cerca 27,9% do PIB no mesmo ano. Assim, esses dados demonstram o destaque da agricultura familiar no país, representando cerca de um terço de todo o segmento brasileiro de grande escala nessa área, sendo importante gerador de emprego e renda.

2.2 Histórico da produção rural no Brasil a partir da década de 90

Diante do exposto sobre a agricultura familiar, é importante compreender ainda o breve contexto histórico que marcou a consolidação dessa atividade nas regiões rurais brasileiras, bem como os incentivos a esse mercado. Segundo Wilkinson (2004; 2008) e Maluf (2004), o expressivo aumento no número de iniciativas de apoio ao pequeno produtor rural ocorreu durante a década de 1990 no Brasil após um período em que o auxílio governamental esteve voltado à produção de monocultura em larga escala.

Esse período dominado pela grande produção intensiva em detrimento a produção familiar ficou conhecido como “revolução verde”, a qual era justificada pela inadequação da produção de pequena escala em incorporar tecnologias apresentadas aos grandes latifundiários. Para Bell (1972), isso ocorreu devido a obstáculos de ordem topográfica nas pequenas propriedades que impedem a mecanização do solo, juntamente com fatores orçamentários que distanciam os produtores de pequeno porte do acesso a tecnologias de sistemas irrigatórios adequados, fertilizantes e defensivos agrícolas que eram naquele período inviáveis financeiramente a culturas com baixo ganho em escala. Desse modo, visualiza-se uma conjectura desfavorável a diminuição da desigualdade social, deixando os grupos com recursos escassos mais vulneráveis às perdas decorrentes da atividade agrícola.

Essa concepção de produção favorável aos grandes produtores, caracterizada pela monocultura e o intensivo uso da mecanização, herbicidas e adubos químicos vigorou no Brasil principalmente durante o período da ditadura militar, nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Barros (2010), essa “revolução verde” se resume em um extenso programa com objetivo de aumentar a produção agrícola no mundo. De fato, esse processo de modernização da agricultura brasileira, conforme retrata Almeida e Lamounier (2005), possibilitou a ampliação na produção de grãos e a diminuição dos preços de alguns alimentos, o que de fato gerou alguns benefícios à população. Entretanto, por outro lado houve a ocorrência de prejuízos ambientais, sociais e econômicos.

Moreira (2000) detalha os três principais aspectos negativos associados à revolução verde: 1) O ambiental – expondo danos como: aumento da poluição, assoreamento de rios, envenenamento dos alimentos, desmatamentos, e diminuição da biodiversidade; 2) O social - por ser um modelo produtivo concentrador e excludente, que reforça as desigualdades

e exclui um percentual significativo da população ao acesso a condições mínimas de qualidade de vida; 3) O econômico- devido à dependência da concessão de crédito, juntamente com a ocorrência de aumento do custo desses empréstimos causado pela crise do petróleo na década de 1970 e que acabou impactando negativamente no preço dos produtos.

Dentro desse aspecto “social” citado, Martine (1990) acrescenta que entre os anos de 1970 e 1980 cerca de 30 milhões de pequenos agricultores foram expulsos de suas terras no Brasil, dos quais grande parte deles imigrou a áreas metropolitanas em busca de oportunidade de trabalho. Esse processo acentuou as taxas de êxodo rural¹⁴ no país nesse período. A partir da década de 1990, esse modelo agrícola começa a deixar de ser a única opção, existindo mais de um motivo para isso. O avanço da globalização constitui uma dessas razões, ao estimular novos padrões de demanda, os quais se configuram em grupo de consumidores que buscam alimentos saudáveis, livres ou com menor carga de agrotóxicos, decidido inclusive a pagar mais por isso, da mesma forma que cresce a demanda por produtos ecológicos.

Além disso, conforme expõe Silva (1999), ocorre uma divisão internacional do trabalho, não muito clara, que assinalaria participação desvantajosa aos países periféricos que produziriam alimentos “in natura”, ao passo que os países centrais beneficiariam esses produtos agregando mais valor aos mesmos, trazendo com isso uma relação comercial desvantajosa ao primeiro grupo. Essas ocorrências se somam ao reconhecimento de que esse modelo produtor vigente na revolução verde não atende às necessidades básicas da grande massa de pequenos agricultores, o que promoveu alto índice de pobreza local, enquanto que apenas alguns poucos proprietários de terras enriqueciam.

Diante desse conjunto desfavorável ao modelo patronal, o padrão agrícola passou a ser questionado. De acordo com Campanhola e Silva (1999) a busca do desenvolvimento local passa a solicitar o envolvimento da participação coletiva dos atores sociais, proposto por um sistema em que as necessidades locais predominassem em detrimento de modelos preestabelecidos, principalmente aqueles que não levam em consideração peculiaridades regionais de maneira satisfatória. Nesse cenário, o modelo

¹⁴ Termo que designa a migração da população da zona rural para os centros urbanos, geralmente impulsionada pela busca por melhores condições de vida.

patronal, que era financiado majoritariamente pelo Estado, começou a mostrar sinais de ser um sistema inadequado à realidade brasileira e, logo, deixa de ser visto como única opção contributiva ao desenvolvimento rural.

A partir dessa situação, iniciada da década de 1990, a agricultura familiar se destaca como alternativa ao desenvolvimento rural por apresentar características multidimensionais (econômica, social, cultural) que eram desconsideradas na revolução verde. Assim, passa a existir um novo padrão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e na justiça social. Diante disso, o governo propõe políticas de apoio a esse grupo de pequenos produtores, que serão tratadas posteriormente¹⁵, que facilitou o acesso ao crédito, a terras, e a assistência técnica a esses produtores tradicionais.

¹⁵ Vide capítulo 5

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIRCUITO CURTO

Para compreender o conceito de desenvolvimento é importante ter em mente, a título de diferenciação, a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O primeiro se refere ao aumento consecutivo do PIB (total e *per capita*)¹⁶ ao longo do tempo, ao passo que o último é atribuído às melhorias, sobretudo no que concerne ao bem-estar social, advindas desse aumento produtivo.

Sandroni (1994) reforça essa ideia, ao considerar o desenvolvimento como crescimento econômico associado à melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Em suma, são concepções que devem se complementar, haja vista que crescimento sem desenvolvimento perde o sentido. Complementando esses conceitos, Milone (1998) acrescenta que o desenvolvimento econômico é caracterizado pela variação positiva do crescimento econômico associado com melhoria dos indicadores de renda; redução da pobreza; desemprego; desigualdade; educação; nutrição; saúde; transporte; e moradia.

O economista Ignacy Sachs (1993), retrata em sua obra uma abordagem que abrange o conceito de desenvolvimento econômico através de cinco dimensões: 1) Social - trata do objetivo de se construir uma sociedade mais igualitária; 2) Econômica - propõe que a sustentabilidade econômica deva se estabelecer em termos macrossociais e não restrita a critérios de rentabilidade empresarial; 3) Ecológica - propõe preservação através da preferência do uso de recursos renováveis e ecológicos no lugar de materiais danosos ao ambiente; 4) Espacial - recomenda uma configuração rural-urbana mais equilibrada através de instrumentos que serão tratados no parágrafo adiante; 5) Cultural - inclusão de raízes endógenas no processo de modernização dos sistemas agrícolas com soluções descentralizadas.

Praticamente todas essas dimensões do desenvolvimento econômico exposto por Sachs (1993), estão em correspondência com o circuito curto agroalimentar, apesar da ocorrência de danos ambientais que podem ser ocasionados pela agricultura familiar, normalmente são menores e menos devastador comparado com a monocultura de larga escala.

¹⁶ Produto Interno bruto (PIB) – Indicador que mede a taxa de crescimento econômico do país / PIB *per capita* – Refere ao PIB dividido pelo número de habitantes do país.

Contudo, alguns elementos que compõem a dimensão da “espacialidade” tratada pelo autor merecem ser melhor explorados e posteriormente associados ao circuito curto. Esses componentes inseridos no âmbito espacial do desenvolvimento se referem aos seguintes pontos: 1) redução da concentração excessiva nas áreas metropolitanas; 2) refreamento da destruição dos ecossistemas frágeis; 3) promoção da agricultura regenerativa¹⁷ trabalhada por pequenos agricultores através do crédito e do acesso a mercados e 4) exploração potencial da industrialização descentralizada.

O primeiro componente da dimensão de caráter “espacial” descrita por Sachs está em sintonia com o circuito curto através da externalidade positiva referente a contribuição em diminuir fluxo emigratório indesejado aos grandes centros, examinada por meio das exposições¹⁸ de Burszty (2000) e Singer (1973), caracterizada pela influência em refrear o êxodo rural. Isso por sua vez, impactaria na diminuição do percentual de pobreza e violência urbana.

O segundo e o terceiro componentes conjuntamente se associam com o fato do pequeno agricultor estabelecer um modelo de produção manual e localizado, com cultivo restrito a pequenas propriedades. Essas características produtivas tendem a poupar danos profundos ao ecossistema, o que permite a regeneração do solo, além de incrementar o acesso ao mercado, devido às características saudáveis desses alimentos contribuírem com sua aceitação comercial.

Já o item “exploração potencial da industrialização descentralizada”, se vincula ao modelo familiar de produção devido o circuito curto agroalimentar alterar as bases institucionais rurais e com isso abrir espaço a futuros investimentos, que podem ser entendidos como potencial estímulo a outros mercados no ambiente rural, conforme foi exposto anteriormente por Abramovay (1999).

Outra relevante abordagem econômica que vai além das expectativas comumente restritas ao mero acréscimo produtivo, seria a do economista Amartya Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel em 1998, retratando que o desenvolvimento deve ser

¹⁷ Técnica de cultivo que visa recompor os nutrientes do solo através de ciclos de plantios predeterminados e/ou com uso de adubação orgânica.

¹⁸ Debatidas posteriormente no tópico 3.3

analisado como um processo de expansão das liberdades dos cidadãos. Para isso, o autor considera ser necessário remover fontes de privação de liberdade, sendo algumas delas: pobreza; carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática. A ausência de liberdade estaria relacionada com a pobreza, pois ela restringe as pessoas de saciarem suas necessidades básicas. Além disso, a ausência de liberdade, segundo Sen (2000), também se relaciona com outros fatores: como restrição participativa na vida social, econômica e política da comunidade.

De acordo com Amartya Sen (2000), a liberdade é fundamental ao processo de desenvolvimento devido a duas condições: 1) Razão Avaliatória - avalia-se o progresso através do aumento de liberdade dos cidadãos, 2) Razão da Eficácia - desenvolvimento dependente da livre condição dos agentes. Para mais, existem tipos distintos de liberdades como: liberdades políticas; oportunidades sociais; facilidades econômicas e outros que fogem ao estudo.

Assim, os circuitos curtos se relacionam com alguns preceitos levantados por Sen (2000), haja visto esse modelo de mercado referente aos circuitos concordar com alguns pontos que minimizam as chamadas “fontes de privação de liberdade”, precisamente a “pobreza” e a “carência de oportunidades e de destruição social”. Afinal, o comércio proximal estudado, propõe diminuir o percentual de pobreza rural e aumentar o quadro de oportunidades através de inclusão social no processo produtivo, o que fortalece o aspecto social e regional. Além do que, essa alternativa produtiva contribui com aumento da liberdade das pessoas, já que estimula a participação na vida social, econômica e conseqüentemente política da comunidade.

Por conseguinte, a efetivação dos circuitos agroalimentares motiva a melhoria na “Razão Avaliatória” devido à promoção da liberdade dos indivíduos que compõe o cenário rural em vários aspectos, como: econômico, social e político, conforme já retratado ao longo do trabalho. Juntamente a isso, a “Razão da Eficácia” também evolui, pois conforme Darolt (2013), no circuito curto os produtores possuem maior autonomia sobre o que será produzido. Somando-se a isso, ocorre o aumento do grau de liberdade dos consumidores que passam a ter mais opções de mercado, sendo produtores e consumidores os agentes protagonistas desse mercado complementar.

Considerando o que foi exposto, observam-se correlações entre a proposta de desenvolvimento local estabelecida e os circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar. Desse modo, a estrutura de mercado está em consonância com algumas preposições de desenvolvimento expostas por Sachs (1993) e por Sen (2000), haja vista, que esses modelos descritos tratam da concepção de desenvolvimento em sua origem.

3.1 Estratégias voltadas ao desenvolvimento local

O desenvolvimento local de acordo com Vázquez Barquero (1988) constitui um modelo voltado à capacidade de a sociedade conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, mobilizando fatores produtivos dispostos, relativos ao potencial endógeno de sua área em específico. O autor retrata que o desenvolvimento endógeno se manifesta em duas dimensões: Econômica e Sociocultural, da qual no primeiro caso a comunidade usa sua capacidade para organizar da forma mais eficiente os recursos produtivos, e a última dimensão seria aquela em que as instituições e os valores locais servem de apoio para o desenvolvimento.

Nessas perspectivas, não se pode desconsiderar o papel das redes sociais, sendo que os arranjos constituintes dessas redes se resumem a um conjunto de pessoas, instituições ou organizações que estejam ligadas por algum tipo de conexão. Exemplo dessa vinculação seria a relação comercial periódica entre produtores rurais e seus clientes, bem como as formas variadas de organização que esses agricultores familiares estabelecem (cooperativas, associações, etc.).

Essa abordagem foi exposta por Soares (2009), relatando a importância das redes por consistirem em uma forma de lidar com as diversidades regionais, considerando que existem ambientes com variações de recursos disponíveis, infraestrutura física, base cultural, e de capacidade organizacional das comunidades locais. Assim, essas redes organizam representações com suas respectivas demandas, que se diferem umas das outras, conforme localidade e necessidade.

Segundo Soares (2009), as redes sociais mais significativas fundam relações de cooperação, que contribuem com o desenvolvimento local. Desse modo, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo social, organizado por meio delas. Por conseguinte, as

teias dessas relações são interligadas por um conjunto de características mútuas e à luz do desenvolvimento, apoiadas por um movimento de pessoas, bens e informações que constroem o capital social.

Na medida em que esse capital social se torna mais disponível aos agentes econômicos ocorre a progressiva diminuição dos custos financeiros da atividade econômica, aumentando com isso as expectativas de retornos líquidos. Portanto seria incompleta a tratativa do desenvolvimento local sem considerar contextos sociais, econômicos, culturais e políticos nos quais eles ocorrem.

Além da compreensão atinente às redes sociais, conforme explicada acima, outro instrumento contributivo do crescimento e do desenvolvimento econômico, tanto em escala local quanto global, seria a capacidade de inovação. Essa interpretação atribuidora de importância à inovação tecnológica no processo produtivo foi reconhecida através das contribuições de Schumpeter (1988). Existem órgãos públicos que visam incentivar inovações associadas ao processo produtivo da agricultura familiar, com: EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Ainda que, o peso da inovação produtiva nesse mercado seja menor que o da indústria, ela não pode ser desconsiderada.

Pavitt (1984) expõe ser muito pequena a taxa de inovação endógena no setor agrícola, sendo mais comum ocorrer absorção de inovações exógenas (equipamentos e insumos apresentados por fornecedores externos). Assim, apesar do caráter essencialmente rústico desse mercado, existem influências de aperfeiçoamentos tecnológicos do mundo moderno. Logo, localidades especializadas na produção de bens tradicionais podem sofrer influência externa. Tal aspecto colabora com aumento de produtividade desse mercado (acesso a informática e Internet, melhoramento de sementes, ferramentas, entre outros). Ocorrendo assim, um processo de conexão entre o primário e o moderno.

Assim, é possível fazer uma leitura do circuito curto, como um mercado organizado em redes, e com influências das inovações técnicas que lhe são acessíveis de maneira a propor um desenvolvimento liderado pela própria comunidade local. Desse modo, é estabelecida a manifestação do desenvolvimento nas duas dimensões (Econômica e

Sociocultural) citadas por Vázquez Barquero (1988). Afinal, a comunidade através desse mercado proximal conduz seu progresso o estruturando em laços comerciais e produtivos, juntamente com a incorporação de conhecimentos a essa realidade.

3.2 O circuito curto como alternativa de desenvolvimento local

Em concordância com os tópicos anteriores, incentivos aos circuitos curtos buscam promover inclusão social através de um mercado sustentável. Isso tende a influenciar positivamente não apenas o crescimento econômico, como também alguns indicadores atrelados ao desenvolvimento, sendo eles: indicadores de renda, redução da pobreza, desigualdade e nutrição. Portanto, a consolidação desse mercado complementar se enquadra como parte do arcabouço político voltado ao incentivo do desenvolvimento em uma perspectiva local, relacionados, principalmente, a regiões com baixo investimento e de industrialização precária.

Além disso, essa proposta de desenvolvimento rural relativa aos circuitos curtos gera efeitos positivos favoráveis ao desenvolvimento econômico, mesmo fora da sua localidade. Um exemplo seria a diminuição do êxodo rural, o que por sua vez contribui com a diminuição do percentual de pobreza nas áreas centrais. Bursztyn (2000) expõe essa ideia, em uma pesquisa¹⁹ conduzida pelo autor no ano de 1999 no Distrito Federal, que realizou entrevistas com expressivo número de moradores de rua concluindo que parte significativa deles estava na atual condição devido à imigração não planejada.

Essa relação entre pobreza e êxodo rural é retratada por Singer (1973), ao relacionar o maior índice de pobreza no Brasil em comparação com a maioria dos países europeus. Esse processo, segundo o autor, ocorreu no primeiro caso diferente das demais regiões europeias avaliadas. Na Europa, a migração rural se estabeleceu majoritariamente de modo progressivo e acompanhado de crescimento urbano ordenado, oposto a realidade brasileira. Situação que no Brasil se assemelhou a um caráter de expulsão mais evidente, do que a causa gerada pela atração do agricultor a cidade. Essa ocorrência, de acordo com Singer

¹⁹ A pesquisa revelou que quase 30% dos desabrigados entrevistados se declaram oriundos do meio rural, vindos a Brasília na tentativa de fuga da condição de miséria existente nas regiões de origem. Gerando assim um contingente não absorvido pela cidade, que se mostra através de um grupo socialmente excluído.

(1973) explica parte do maior percentual de pobreza no país, em comparação com a maioria das nações europeias.

Nesse mérito, o circuito curto de comércio agroalimentar se enquadra como uma opção contributiva ao desenvolvimento local, conforme já descrito, nos territórios condizentes²⁰ com essa alternativa. Uma vez que trata de um mercado em sintonia com a concepção de desenvolvimento regionalizado, além de levar em consideração a realidade econômica e social da maioria dos municípios periféricos de baixo dinamismo econômico.

Diante disso, a solução proposta pela inserção dos circuitos curtos se resume em dar respostas às necessidades de um mercado inclusivo e sustentável, atenuando a miséria local e alguns de seus desdobramentos.²¹ Além do que, para muitas regiões consideradas pobres, essa alternativa pode incentivar outras dinâmicas desenvolvimentistas posteriores. Afinal, como já descrito anteriormente por Abramovay (1999), essa transformação altera a base institucional da área rural desprendendo-a do atraso e do abandono, contribuindo para abertura de espaço a investimentos mais expressivos.

De acordo com o que foi exposto, o desenvolvimento das regiões periféricas com ênfase na agricultura ocorre mais eficientemente quando a expansão das atividades agropecuárias inclui outro meio produtivo além daquele de caráter latifundiário. Com isso, passa a existir o reconhecimento da necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e dos circuitos curtos associados a ela. Essa posição é defendida por Ploeg (2008), segundo o autor o exercício da produção autônoma além de resultar em maior diversificação agrícola promoveria também desenvolvimento rural de característica endógena mais evidente.

O reconhecimento da influência dos circuitos curtos como instrumento colaborativo do desenvolvimento local altera o modelo político retratado anteriormente²², que marginalizava o modelo familiar de mercado. Segundo Schultz (1964), os entraves à inserção desse mercado complementar se fundamentavam na dificuldade advinda de uma

²⁰ Regiões rurais e com considerável percentual de pobreza

²¹ Êxodo rural, desigualdade social, segurança alimentar deficitária, desemprego.

²² Incentivos à produção rural latifundiária em detrimento a produção familiar, predominante no período da “revolução verde”, tratado no tópico 2.2.

racionalização limitada ao âmbito do uso dos fatores produtivos, que confina o desenvolvimento econômico a uma visão linear circunscrita somente no contexto relativo ao volume produzido. Em suma, percebe-se ser socialmente impróprio limitar o desenvolvimento rural somente a uma dinâmica ponderada à questão quantitativa, que desconsidera aspectos qualitativos, sustentáveis, regionais e sociais. Aspectos estes, considerados relevantes ao desenvolvimento econômico, conforme conclui Sachs (1993).

3.3 Papel do Estado no fomento de mercado

Celso Furtado (1994) corrobora a necessidade da atuação do Estado para o fomento dos mercados, por julgar não espontâneo esse processo. Segundo o autor, para existir cooperação dos agentes com a dinâmica mercantil é necessário preestabelecer as regras dessa cooperação, onde o Estado assumiria o papel de consolidador desse regimento, bem como dissociaria os sistemas coercitivos contrários à sua consolidação. Ainda de acordo com o autor, a realidade brasileira é marcada pelo subdesenvolvimento, especialmente nas regiões rurais do país, condição que torna ainda mais necessária a existência de um quadro institucional gerido por um poder regulatório que arbitre conflitos decorrentes da alocação de recursos escassos, respondendo com isso às demandas sociais, políticas e econômicas.

Desse modo, a tentativa de fomento de mercados (como os circuitos curtos alimentares) deve se assentar em um projeto político, baseado no conhecimento da realidade social e suas demandas. Esta condição vai além de aspectos econômicos isolados, se constituindo através de intervenções estatais planejadoras do desenvolvimento nas localidades. Segundo Furtado (1994) essa atuação do Estado inibe interesses contrários ao mercado criado, coordena os agentes e cria condições preliminares para ele se estruturar no ambiente econômico.

Assim essas diretrizes norteadoras da atuação do poder público são conduzidas através das chamadas políticas públicas, geridas no âmbito da União, Estados e Municípios. Políticas estas que são organizadas em programas, que por sua vez se subdividem em ações, as quais serão melhores detalhadas posteriormente²³

²³ Vide tópico 5.1

Os programas de governo contam com orçamentos predefinidos, que podem sofrer alterações ao longo do tempo. E seus recursos são destinados a atender objetivos, como a concessão de crédito a produtores rurais, que por ter caráter desenvolvimentista pode ser um indicativo de progresso no desenvolvimento local.

Coelho e Gonçalves (2007) defendem esse posicionamento ao relacionar programas de crédito para o setor produtivo com a aceleração do crescimento econômico. O que é reforçado por Antão e Campanholo (2011), ao exporem que o crédito rural possibilita aos pequenos produtores do campo meios para fazer sua produção avançar e aumentar a rentabilidade. Desse modo, o crédito rural pode se relacionar com desenvolvimento econômico e social.

Assim sendo, o volume de crédito concedido aos programas voltados aos pequenos produtores será um dos critérios avaliados adiante (Capítulo 5). Afinal, existe relação entre concessão desses créditos e o aumento da produção agroalimentar, o que consequentemente influencia no desenvolvimento local (ainda que indiretamente ou parcialmente), uma vez que torna possível a alocação mais eficiente dos recursos por parte do produtor familiar, oferta mais produtos aos consumidores e emprega mais pessoas na lavoura, aquecendo com isso a comercialização do circuito curto alimentar.

Entretanto, o circuito curto tratado se estrutura não apenas através da perspectiva da oferta. A contribuição da demanda na dinâmica desse mercado também será examinada no corrente estudo, a partir da avaliação com base nos recursos disponibilizados pelos programas de governo visando ao estímulo dessa demanda. No contexto comercial, a observação dessas ações incentivadoras das Feiras Livres em âmbito estadual (Minas Gerais) será direcionada ao TDMBJ. Essa exposição será devidamente tratada no quinto capítulo desse trabalho.

4. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA

O atual governo do Estado de Minas Gerais, conforme exposto no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) correspondente aos anos de 2015 a 2027, divide o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento.²⁴ Estes territórios são descritos como espaços de desenvolvimento econômico e social, constituídos por um agrupamento de municípios que reúnem grupos sociais, enraizados por uma cultura comum e características econômicas semelhantes. (MINAS GERAIS, 2015)

Segundo descrito no PMDI, com base no Censo de 2010, “O Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha é composto por 31²⁵ municípios²⁶ distribuídos em 5 Microterritórios²⁷ e conta com a população total de 437.805 habitantes, que corresponde a 2,2% da população mineira. A extensão territorial é de 32.148,61 Km² correspondendo a 5,5% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Almenara (38.775 hab.), Araçuaí (36.013 hab.), Novo Cruzeiro (30.725 hab.) e os menos populosos são Monte Formoso (4.656 hab.), Bandeira (4.987 hab.), Rio do Prado (5.217 hab.). O Território Médio e Baixo Jequitinhonha faz fronteira com os territórios Norte, Mucuri, Alto Jequitinhonha, além de fazer divisa com o Estado da Bahia” (PMDI, v. III, 2015, p. 104)

Ainda de acordo com o relatório, exposto no PMDI, é bastante acentuada a proporção de pessoas no território consideradas como pobres.²⁸ Esse conjunto corresponde a 62,04% da população local sendo o maior percentual do Estado. Situação que se agrava ao incluir na análise a porcentagem daqueles indivíduos que são considerados como

²⁴ Alto Jequitinhonha; Médio e Baixo Jequitinhonha; Mata; Mucuri; Oeste; Triângulo Norte; Triângulo Sul; Vale do Rio Doce; Caparaó; Noroeste; Sudoeste; Vertentes; Central; Metropolitano; Norte; Sul; Vale do Aço.

²⁵ Atualmente o foram inclusos mais quatro municípios no território que são: Berilo; Francisco Badaró; Jenipapo de Minas; Jose Gonçalves de Minas, totalizando 35 municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha.

²⁶ Almenara; Bandeira; Divisópolis; Felisburgo; Jacinto; Jequitinhonha; Joáima; Jordânia; Mata Verde; Monte Formoso; Palmópolis; Rio do Prado; Rubim; Salto da Divisa; Santa Maria do Salto; Santo Antônio do Jacinto; Araçuaí; Coronel Murta; Virgem da Lapa; Comercinho; Itaobim; Itinga; Medina; Ponto dos Volantes; Carai; Novo Cruzeiro; Padre Paraíso; Águas Vermelhas; Cachoeira de Pajeú; Divisa Alegre; Pedra Azul.

²⁷ Almenara; Araçuaí; Itaobim; Padre Paraíso; Pedra Azul.

²⁸ Auffer renda domiciliar *per capita* menor do que meio salário mínimo

extremamente-pobres²⁹, que por sua vez, equivale a 32,85% da população do território. Esses dados advêm do último Censo do ano de 2010, mas que ainda estão em sintonia com a realidade local, que expõe a situação de vulnerabilidade social e pobreza no TDMBJ.

De acordo com o Censo 2010, existe um elevado percentual populacional residindo na zona rural se comparado com os outros territórios do Estado. Em sintonia com este cenário, segue a tabela abaixo que expõe de forma mais ampla as informações citadas.

Tabela 1: Percentual populacional rural, população residente total - urbana – rural e densidade demográfica - Territórios de desenvolvimento de Minas Gerais - 2010

Território de desenvolvimento	População rural %	População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica - hab./Km ²
Médio e Baixo Jequitinhonha	40,56	420.525	249.942	170.583	555,3
Alto Jequitinhonha	38,35	297.994	183.718	114.276	361,34
Mucuri	33,01	413.062	276.724	136.338	516,11
Caparaó	32,52	629.604	424.844	204.760	2.288,79
Norte	30,51	1.577.300	1.095.990	481.310	1.204,49
Vale do Rio Doce	22,57	677.461	524.561	152.900	1.293,23
Noroeste	18,95	631.206	511.623	119.583	293,43
Sul	18,69	1.934.496	1.572.854	361.642	6.621,05
Vertentes	17,47	705.255	582.039	123.216	4.365,02
Sudoeste	17,4	546.168	451.156	95.012	1.194,21
Central	15,09	220.545	187.259	33.286	130,64
Mata	13,36	1.527.114	1.323.072	20.4042	4.160,66
Vale do Aço	12,79	765.886	667.917	97.969	4.007,39
Oeste	11,36	1.195.594	1.059.748	135.846	2.295,72
Triângulo Sul	7,91	701.470	645.995	55.475	598,28
Triângulo Norte	7,76	1.193.990	1.101.356	92.634	572,5
Metropolitano	3,68	5.775.712	5.563.220	212.492	24.466,71

Fonte: Elaboração própria com base de dados do IBGE, Censo 2010.

O TDMBJ apresenta um ambiente pobre e ruralizado, condição que reflete em baixo dinamismo econômico e desenvolvimento econômico deficiente. Isso tem reflexos no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)³⁰, cujo valor obtido em 2010 foi de 0,60, correspondendo ao pior indicador do Estado de acordo com o IBGE. (IBGE, 2007)

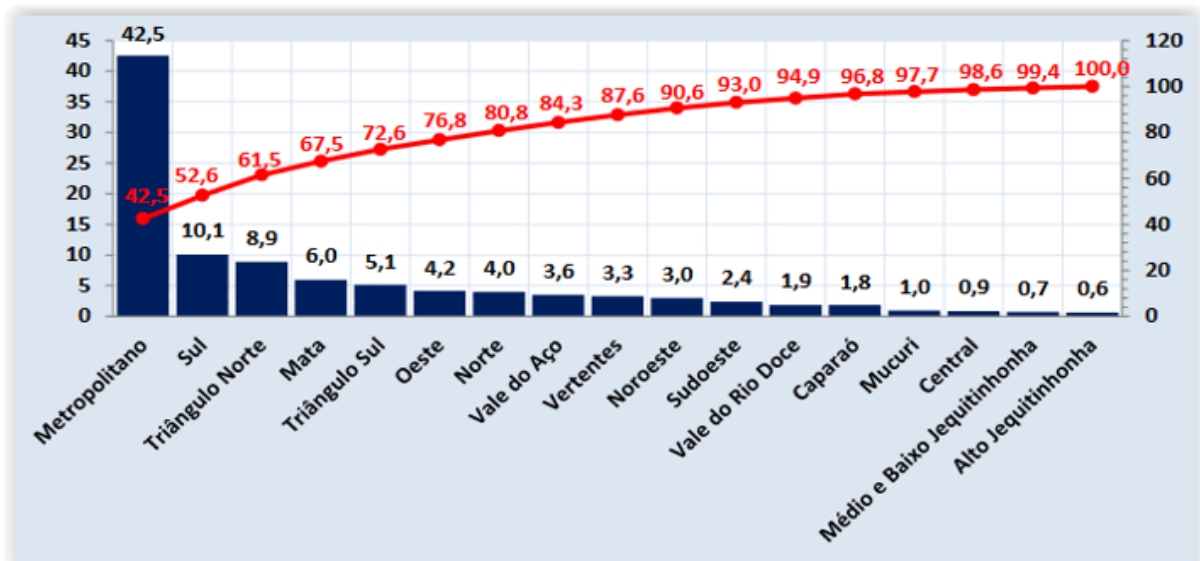
²⁹ Aufere renda domiciliar *per capita* menor do que ¼ do salário mínimo

³⁰ Corresponde à uma composição de indicadores sociais no âmbito municipal, como os de: educação, longevidade e renda. Avalia também critérios do desenvolvimento econômico.

Essa posição é reforçada de acordo com o Informativo do PIB de 2014 divulgado pelo Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP), ao retratar a participação do TDMBJ no PIB Estadual como sendo de 0,7%. Segundo o CEI, essa participação pode ser discriminada em: 80,4% relativa ao setor de serviços; 9,9% à produção industrial e os 9,8% restantes à agropecuária, totalizando assim a produção interna bruta do território. Ao passo que a média na totalidade de Minas Gerais corresponde a: 65,5% ao setor de serviço; 28,8% à produção industrial; e os 5,6% restantes à agropecuária, totalizando assim a média discriminada do PIB estadual total. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016)

A participação dos Territórios de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais no PIB é exposta no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Participação dos territórios de desenvolvimento no PIB e nos valores adicionados setoriais de Minas Gerais - 2014 (Porcentagem e acumulado)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Do mesmo modo, a título de comparação segue a tabela com os valores de participação do PIB dos territórios de Minas Gerais discriminados por atividade econômica. Observa-se que o TDMBJ possui o segundo menor percentual industrial (atrás apenas do Alto Jequitinhonha), e o maior em participação do setor de serviços na economia local.

Tabela 2: Composição do valor adicionado bruto por atividade econômica - Minas Gerais e Territórios de Desenvolvimento - 2014

Minas Gerais e Territórios de desenvolvimento	VA serviços/ VAB total - (%)	VAB industrial/ VAB total - (%)	VAB agropecuário/ VAB total - (%)
Médio e Baixo Jequitinhonha	80,4	9,9	9,8
Vale do Rio Doce	80	11,5	8,5
Mucuri	78,1	11,1	10,8
Caparaó	74	13,6	12,3
Mata	72,8	22,9	4,3
Norte	72,2	19,4	8,4
Sul	69,9	22,8	7,4
Alto Jequitinhonha	69,5	8,5	22
Oeste	65,8	25,7	8,4
Sudeste	65,6	20	14,5
Metropolitano	65	34,4	0,6
Triângulo Norte	62,2	27,4	10,4
Central	60,2	22,6	17,2
Vale do Aço	58,9	38,9	2,1
Noroeste	58,6	19,6	21,7
Vertentes	57,2	38,1	4,8
Triângulo Sul	54,6	33,9	11,5
Minas Gerais	65,5	28,8	5,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), com adaptação própria

Ao comparar o PIB do TDMBJ com o de Minas Gerais observa-se relevante percentual de participação do setor agropecuário, e baixa participação da produção industrial na economia. Essa comparação retrata o fato do território ser ruralizado, com base produtiva agropecuária e com defasagem industrial. O território também apresenta insuficiência em infraestrutura e precarização da qualificação da mão de obra, condição que é indicada pelo relatório do PMDI 2015-2027. (MINAS GERAIS, 2017b). Esse cenário estabelece desestímulo ao investimento produtivo, e um meio árduo para obtenção de crescimento econômico estruturado a taxas mais expressivas.

Com intuito de expor de modo quantitativo a participação da agricultura familiar no território, segue a próxima tabela (baseada no Censo agropecuário 2006). Assim é possível verificar o número de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares, e suas

respectivas áreas correspondentes aos outros territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Dessa maneira, verifica-se no território em análise, a presença do pequeno agricultor ocupando o quarto lugar em percentual no Estado, e o quinto em quantidade de estabelecimentos familiares.

Tabela 3: Percentual de estabelecimentos familiares, número total e área dos estabelecimentos familiares e não familiares correspondentes aos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2006.

Territórios de desenvolvimento	Estabelecimentos familiares em %	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Não familiar	
		N.º de estabelecimentos	Área (ha)	N.º de estabelecimentos	Área (ha)
Alto Jequitinhonha	85,45	17.409	193.034	2.964	514.383
Norte	85,26	76.092	1.681.480	13.151	3.999.494
Caparaó	84,20	37.275	449.145	6.993	547.309
Médio e Baixo Jequitinhonha	84,03	27.671	665.144	5.259	1.327.274
Vertentes	83,99	21.383	299.620	4.075	345.325
Vale do Aço	82,30	13.232	160.386	2.845	286.774
Sul	80,09	54.081	813.434	13.447	1.383.230
Mata	78,92	35.552	575.518	9.496	917.295
Sudeste	78,89	21.548	374.968	5.765	699.900
Mucuri	78,43	15.795	326.538	4.344	1.075.525
Noroeste	76,41	23.545	1.032.266	7.270	3.819.123
Vale do Rio Doce	76,19	22.064	458.340	6.897	1.197.707
Oeste	74,95	25.317	620.163	8.463	1.336.998
Metropolitano	73,18	18.390	232.689	6.740	936.733
Central	67,52	4.995	196.317	2.403	1.013.999
Triângulo Sul	62,59	8.427	283.801	5.036	1.622.570
Triângulo Norte	61,79	14.639	483.033	9.054	2.778.019

Fonte: Elaboração própria com base de dados do IBGE - Censo Agropecuário 2006.

4.1 Justificativas do território como objeto do estudo

Mediante esse quadro econômico e social descrito a respeito do TDMBJ percebem-se aspectos desfavoráveis como a baixa qualificação profissional local; alta taxa de pobreza; baixo dinamismo econômico; predomínio no setor agropecuário e limitação de recursos públicos. Entretanto, existem também aspectos favoráveis a esse quadro que se destacam, como: produção local tradicional; existência de Feiras Livres; maior diversificação na produção local em comparação a monocultura; estrutura produtiva sustentável; e existência de demanda local reprimida devido ao distanciamento dos grandes centros de comércio.

Além disso, o território carrega o tradicionalismo dessa forma proximal entre produtores e consumidores enraizada na cultura local. De acordo com Ribeiro (2007), em todos os municípios do Vale do Jequitinhonha existem as feiras³¹, que são uma das representações desse circuito curto de comércio. Os lavradores-feirantes são beneficiados, pois vendem uma produção que não teria espaço no mercado convencional devido apresentarem pauta produtiva associada à cultura alimentar local, e à forte influência das sazonalidades.

Ainda de acordo com o autor, a renda dos agricultores obtida com a produção e venda associa-se com as transferências de programas públicos estimulando assim o comércio local. Entretanto, conforme conclui Ribeiro (2007), muitos dos produtores não avaliam a feira como um espaço de ação empresarial voltado à acumulação de capital e; sim apenas como um meio de subsistência. Essa informação ilustra um ambiente relativo à atuação do circuito curto alimentar, exteriorizando características econômicas e culturais muito presentes na realidade dos municípios que compõem o Jequitinhonha, da qual essa forma alternativa de mercado propõe uma solução de caráter imediato e não definitiva às necessidades locais.

Importante esclarecer que o processo de desenvolvimento econômico ocorrido no TDMBJ sofre influências dos programas de transferência de renda³², como aumento no rendimento das famílias e estímulo ao comércio. A presença dessa ocorrência, associado com a consolidação do circuito curto alimentar tem expressivo peso econômico na localidade, representando importância estratégica na cooperação do desenvolvimento econômico sustentável. Em vista disso, o circuito curto agroalimentar se enquadra como alternativa contributiva ao desenvolvimento econômico local, por ser um ambiente compatível com essa estrutura de atividade produtiva.

³¹ Local que reúnem produtores e vendedores com finalidade de comércio e que; normalmente ocorrem aos sábados, dia que os feirantes apresentam a produção da semana.

³² O mais expressivo é o Programa Bolsa Família, que segundo divulgado pela base de dados do “CadÚnico” até março de 2015 constava com 63.293 beneficiários no TDMBJ, com benefício básico de 85,00 reais.

4.2 Circuitos curtos da agricultura familiar: uma estratégia colaborativa do desenvolvimento econômico do Médio e Baixo Jequitinhonha.

O conjunto das atividades econômicas que compõe o PIB se enquadra nos segmentos que foram tratados anteriormente (serviços, indústria e agropecuária). O setor de serviços, apesar da significativa participação no PIB dos territórios, condiz como uma atividade dependente das demais e com estímulo a se estabelecer no mercado, principalmente, através da iniciativa privada. Vickers e Yarrow (1991) acrescentam que setores competitivos de empresas privadas tendem a ser mais eficientes que as estatais, sendo o setor de serviços normalmente melhor conduzido quando gerido por normas jurídicas relativas ao direito privado, e inserido em um cenário competitivo.

Desse modo, o setor de serviços, apesar de ser amplo, geralmente se expande no mercado conforme as bases dos setores restantes (primário e secundário) se consolidam, evidenciando, assim, uma relação de dependência a uma precedência infraestrutural e de mercado consumidor. Tal fato denota a reduzida atratividade de se adotar políticas voltadas a incrementar o setor de serviços como instrumento de desenvolvimento econômico, uma vez que esse setor está desvinculado e ao mesmo tempo dependente da base produtiva.

Contudo, a título de esclarecimento, atividades econômicas secundárias e terciárias, como exemplo aquelas relativas ao simples comércio e/ou beneficiamento se encontram dissociadas do processo extrativista. O que não é o caso dos circuitos curtos agroalimentares, haja vista que esse mercado é caracterizado pela participação do agricultor, em todas as etapas (às vezes usando apenas um intermediário) estando, portanto, envolvido desde a produção à venda.

A industrialização, quando comparada a outras atividades como a de serviços e agropecuária, geralmente proporciona crescimento econômico mais acentuado, maior valorização do que é produzido, além de possibilitar efeitos em escala associado a esse processo (SUNKEL E PAZ 1988). Entretanto, no território estudado não existe fomento significativo para se estabelecer atividade industrial mais intensa, devido principalmente, a fatores relacionados à ausência de infraestrutura adequada para o estabelecimento dessa atividade industrial e a limitação de recursos públicos voltados à regularização dessa deficiência.

Ao passo que, os investimentos destinados à finalidade industrial normalmente demandam volumosa quantidade de capital, a qual não tem estímulo atrativo por parte da iniciativa privada para se estruturar no TDMBJ, já que não apresenta um alicerce sólido que possibilite ao investidor retorno dessa aplicação. Por outro lado, existe a limitação governamental devido restrições orçamentárias que podem dissuadir essa opção direcionada à industrialização como estratégia contributiva ao desenvolvimento econômico local.

Seguindo esse argumento, de que o crescimento econômico é mais expressivo quando estruturado em uma base industrial sólida, Sunkel e Paz (1988) abordam essa questão demonstrando a íntima relação entre industrialização e crescimento econômico. Entretanto, segundo o autor, esse processo não se dá de maneira necessariamente espontânea, dispondo na maioria dos casos da atuação governamental coordenando esse processo.

Desse modo, ao averiguar a realidade do TDMBJ, e possível observar que tal território configura-se como um ambiente sem estímulo necessário à industrialização, associa-se a isso o quadro de limitação das receitas governamentais a investimentos mais robustos como foi já citado (caso partisse do setor público o intento desse processo). Logo, uma resposta ainda que preliminar a esse panorama seria um conjunto de ações que visam estimular os circuitos curtos de comercialização voltados ao setor agroalimentar, que é tratado nesse estudo. Afinal, esse mercado exerce importância regional e demanda investimentos exequíveis do ponto de vista orçamentário.

Essa solução baseada em estimular os circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar, como meio de sanar problemas prioritários ocasionados pela falta de infraestrutura básica e alto grau de pobreza, apresenta aspecto favorável à causa pertinente a exequibilidade dos recursos. Outra vantagem do incentivo aos circuitos curtos em relação à escolha da industrialização isolada, como propulsor econômico seria a sustentabilidade e proximidade entre os processos de crescimento com o de desenvolvimento econômico (vantagem que também se sobressai em relação à adoção do circuito proximal sobre a adoção da produção agrícola de larga escala).

Essa visão é bem explicada por Sliwiany (1987), que argumenta não existir apenas aumento do produto e da renda nacional gerada pelo processo de industrialização. O autor também observa a ocorrência de um distanciamento entre crescimento e desenvolvimento econômico, além da promoção de maior poluição do meio ambiente.

A interpretação acima pode ser reforçada através da perspectiva de Cano (1985), ao apresentar relações que foram observadas nas regiões mais industrializadas do Brasil, descrevendo diminuição da qualidade de vida e aumento no número de favelas, apesar da ocorrência do crescimento na oferta de empregos promovida pela industrialização. Em suma, o desenvolvimento econômico necessita reduzir as taxas de pobreza e desigualdade, muito presente em territórios como o do TDMBJ.

Políticas restritas somente ao incremento do PIB como incentivo isolado a industrialização, sem outras opções voltadas ao desenvolvimento inclusivo, sustentável e coerente com a realidade local não necessariamente influenciaria positivamente a melhoria da qualidade de vida local. Dessa forma, é justificável a predileção de uma estratégia colaborativa ao desenvolvimento local, utilizando o circuito curto de comercialização da agricultura familiar como alternativa, haja vista a existência de características não apenas de ordem econômica do território, mas também sociais, ambientais e culturais.

Esse cenário corrobora o circuito curto da agricultura familiar como opção estratégica, aparentemente viável ao incentivo do desenvolvimento local no território. Isso se soma com a condição, já exposta, de se tratar uma localidade com menor influência econômica de outros mercados, por se encontrar afastado das principais rotas comerciais do Estado. Diante disso, no ponto de vista desse estudo, há uma simplificação da dinâmica econômica que se insere o circuito curto alimentar, o que contribui com o entendimento dessa atividade produtiva/comercial. Afinal, ela está imersa em um ambiente pouco fértil a outros mercados e consecutivamente com inibida interferência de ordem econômica.

5. AÇÕES DE INCENTIVO AOS CIRCUITOS CURTOS: UM PANORAMA DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA

5.1 Ações como instrumento colaborador do circuito alimentar

É importante considerar as ações aqui tratadas como um conjunto programático de procedimentos que afetam a agricultura familiar, e também os circuitos curtos alimentares que derivam dessa forma produtiva, envolvendo, portanto, todo um conjunto social, já que o campesinato constitui por si uma conformação de cultura, além de ser um modelo social de organizar a produção. Medras (1982) reafirma essa posição ao manifestar que a civilização camponesa entrelaça aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos dos quais ao serem impactados afetam a teia social que compõe a sociedade. Continua o autor ao apontar que o agricultor não é mais o seu próprio mestre, precisando constantemente de meios para se consolidar e alcançar produtividade satisfatória às exigências do mercado.

Essa perspectiva ilustra a importância em amparar esse mercado complementar por meio de ações, que se consolidam através de políticas públicas. Polanyi (2000) defende que a natureza da economia de mercado é construída através de um processo deliberado, adquirido da construção de instituições realizadas pelos seres humanos. Desse modo, de acordo com o autor, o mercado não se forma espontaneamente, mas sim através de um projeto político que gera as mudanças institucionais necessárias à sua formação. Com isso, infere-se que as ações tratadas nesse capítulo fortalecem as bases formadoras do mercado proposto em maior intensidade, haja vista serem essas ações desdobramentos de projetos políticos, caracterizados por programas governamentais.

Assim, ações legislativas/políticas voltadas ao estabelecimento de uma estrutura de mercado devem se orientar de maneira a atender interesses de atores e grupos sociais envolvidos nesse mercado, objetivando proteger o tecido social. Colaborando com essa perspectiva, Schneider, *et. al.* (2009) indicam o crescimento mundial de programas de governo estruturados em quatro concepções principais que são: ruralidade não limitada a atividades agrícolas; territórios como articuladores entre escalas locais, regionais e globais; desenvolvimento reproduzindo questões ambientais e culturais, além daquelas de caráter meramente econômico e, por último; objetivos direcionados a melhora da qualidade de vida da população junto com a absorção deles pelas instituições.

Considerando os circuitos curtos agroalimentares um mercado, as ações mais significativas voltadas a eles seriam aquelas de caráter governamental. Haja vista que por serem provenientes do governo objetivam interesse público, além de atuar, conforme propõe Polanyi (2000) na consolidação das bases do mercado. Ademais, o Estado como agente motivador dessas ações tem maior poder influenciador do mercado comparado com ações pontuais oriundas dos agentes físicos. Afinal, os atores locais têm baixo poder em influir no preço, devido à natureza concorrencial dessa atividade produtiva tradicional.

Devido ao caráter governamental de algumas ações, elas se compõem inclusas dentro de programas que são os instrumentos organizacionais do exercício do governo. Sendo eles focados em objetivos fixados e mensurados por indicadores, visando assim atender as demandas sociais. Gandin (1994) reafirma essa ideia, descrevendo os programas como espaços dos quais se registram as orientações de comando do planejador, pretendendo com isso aproximar a realidade atual da realidade almejada. Ala-Harja e Helgason (2000) complementa essa proposta ao salientar a necessidade de existir um cronograma e orçamento previsto, que se disponibilizam como pré-requisitos da concepção dos programas. Portanto, trata de um estágio em que as propostas políticas se estruturam de maneira formal, passando assim a explicitar estratégias que serão adotadas para sua execução, como metas e recursos disponibilizados.

Em suma, conforme retrata Ploeg (2006), o mercado proposto seria uma resistência à dependência do que ele chama de “impérios alimentares”. De acordo com Polanyi (2000) a consolidação desse mercado dificilmente ocorreria de maneira satisfatória espontaneamente (sem a atuação de ações estabelecidas por programas, como os que serão abordados posteriormente). Assim, como concluí Schneider (2010), ações contributivas da consolidação da agricultura familiar e seus mercados vêm sendo propostas no Brasil desde a década de 1990 mediadas por políticas públicas, visando com isso atender as demandas dos atores do ambiente rural.

5.2 Incentivos à oferta: PRONAF

No Brasil, com objetivo de propor desenvolvimento rural local e fomentar a produção familiar o poder público instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal, o qual é constituído por ações que visam fortalecer arranjos produtivos regionais, com eixo na agricultura familiar, incrementando a capacidade de oferta desses produtores. O circuito curto agroalimentar estudado, por ser uma estrutura de mercado associada à agricultura familiar (baseada na comercialização direta e indireta entre esses agricultores e a sociedade) acaba sendo favoravelmente influenciado.

Essas ações constituem-se na concessão de linhas de crédito, que priorizam pequenos agricultores. Estes, antes da criação do programa apresentavam participação menos expressiva no mercado devido a impedimentos em financiar sua estrutura produtiva. Dessa forma, ao obter canais mais apropriados de fomento, promove-se como consequência o desenvolvimento dos circuitos curtos, principalmente em locais onde essa modalidade de produção e comércio proximal se faz mais presente.

Segundo Schneider, *et al.* (2009), até o os primeiros anos da década de 1990 não existia nenhuma ação política de amplitude nacional voltada à agricultura familiar. A partir disso, como forma de atender às reivindicações³³ dos trabalhadores rurais que se fizeram mais presentes, associadas com bases de pesquisas³⁴ que valorizavam essa modalidade de produção tradicional, estruturaram-se as diretrizes políticas que formularam o PRONAF. Assim, em 1995³⁵ criou-se esse programa, com objetivo de fornecer crédito aos pequenos agricultores, pois a escassez de recursos a esse grupo produtivo era o principal limitador da oferta relativo à produção rural familiar.

O PRONAF consiste em linhas de créditos divididas dentro de categorias, visando o financiamento de projetos individuais ou coletivos (abarcava no início três linhas de

³³ Silva (2008) divide essas reivindicações em duas motivações: 1) políticas - (demandas rurais) e 2) econômicas – (demandas vindas de relatórios técnicos, como do convenio INCRA/FAO).

³⁴ Principalmente estudos realizados pelo convênio FAO/INCRA (1994).

³⁵ PRONAF foi criado em 1995 pela resolução do CMN – BACEN n.º 2.191, de 24/08/1995, porém sua institucionalização ocorreu posteriormente através do decreto n.º 1.946, de 28/06/1996.

crédito³⁶ oferecidas com valores diferenciados a quatro grupos³⁷ de agricultores familiares). Com isso, em conformidade com o decreto³⁸ que institucionalizou o programa, propõe-se promover o desenvolvimento rural sustentável através do incentivo à produção, concedido via empréstimos aos pequenos agricultores. Na medida em que o PRONAF se consolidou foram inseridas nele outras modalidades de linhas de crédito³⁹, implantadas dentro de um novo modal de grupos⁴⁰, direcionadas a variados segmentos sociais envolvidos com a produção familiar. (ABRAMOVAY & VEIGA, 1999)

Coppetti (2008) resume esse quadro, citando que até o ano de 2002 o PRONAF segmentava os agricultores em quatro grupos, sendo eles: “Grupo A” – assentados da reforma agrária; “Grupo B” – com baixa produção e sem potencial de crescimento; “Grupo C” – com poucos recursos, mas potencial de crescimento; “Grupo D” – com condições econômicas estáveis. O autor continua relatando que no ano de 2003 criaram-se mais dois grupos: “Grupo A/C” – agricultores oriundos de reforma agrária que passam a ter seu primeiro acesso aos créditos; “Grupo E” – produtores familiares com rentabilidade bruta anual mais expressiva em relação aos outros grupos.

Abramovay e Veiga (1999) apontam duas dessas linhas de créditos como as principais do programa: Pronaf Crédito e Pronaf Infraestrutura, hoje denominados como “Pronaf Custeio” e “Pronaf Investimentos”⁴¹, respectivamente. Sendo que a primeira dessas linhas corresponde a principal em termos volume de crédito (inclusive no ano de 2004 abrangeu cerca de 90% dos recursos destinados ao programa⁴²). Ainda segundo Abramovay e Veiga (1999), essas linhas de créditos colaboraram com o fortalecimento de um cenário institucional mais benéfico ao desenvolvimento rural e inserção dos pequenos agricultores no mercado. Além dessas linhas de créditos direcionadas ao custeio e investimento existem

³⁶ “PRONAF Crédito”, “PRONAF Infraestrutura” e “PRONAF Capacitação”.

³⁷ Grupos “A”, “B”, “C” e “D”. Divididos conforme renda anual e critérios de produção/agrupamento.

³⁸ Decreto n.º 1.946, de 28/06/1996

³⁹PRONAF: agroindústria, agroecologia, eco, floresta, semiárido, mulher, jovem, custeio e comercialização de agroindústrias familiares, cota-Parte, e microcrédito rural.

⁴⁰ Grupos “A”, “A/C”, “B”, “C”, “D” e “E”. Divididos conforme renda anual e critérios de produção/agrupamento.

⁴¹ Também conhecido como Pronaf-Mais Alimentos

⁴² De acordo com FARIA SILVA et. al., 2006.

outras voltadas à comercialização, sendo que essas três finalidades associadas correspondem à base do programa. As informações a respeito dessas linhas de crédito são disponibilizadas através do portal do Banco Central⁴³, classificadas nas três finalidades (custeio, investimento e comercialização). Nestas constam o número total de contratos estabelecidos dentro dessas classificações, juntamente com o montante monetário destinado a eles.

As informações que retratam a participação no TDMBJ do PRONAF serão expostas nas tabelas a seguir. Com isso ilustra-se a evolução das quantidades e do valor nominal total dos contratos dirigidos ao programa, referente aos anos intercalados no período de 2006 a 2012. Essas informações descritas se sustentam no chamado “Anuário Estatístico do Crédito Rural”, meio pelo o qual o Banco Central do Brasil divulga os dados de financiamentos das atividades agropecuárias por concessão de crédito (BRASIL, 2013). O PIB anual dos municípios de 2006 a 2009, e o Censo 2010 se encontram no portal do IBGE. Já o PIB municipal de 2010 a 2012 está de acordo com a base de dados disponibilizados pela FJP-CEI. Desse modo, foi possível obter o PIB dos Territórios de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, bem como os agrupamentos populacionais correspondentes a essas localidades. Referente a inflação acumulada nos períodos avaliados, utilizado na análise dos dados, estão em sintonia com os dados divulgados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), disponível no Portal Brasil⁴⁴.

⁴³ <http://www.bcb.gov.br>

⁴⁴ <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

Tabela 4: Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – 2006

Territórios de desenvolvimento	Média percentual do n° de contratos por população territorial	Porcentagem do valor total de contratos / PIB	Total	
			N° de Contratos	Valor - (R\$)
Norte	5,56	2,7	87.774	224.319.576,81
Médio e Baixo Jequitinhonha	4,12	2,78	17.321	40.321.179,97
Sudoeste	3,95	15,25	21.570	992.464.149,24
Caparaó	3,64	5,57	22.889	226.971.859,56
Mucuri	3,38	3,07	13.965	61.382.958,31
Noroeste	2,84	12,88	17.901	735.078.247,26
Alto Jequitinhonha	2,24	3,88	6.663	41.951.886,41
Sul	1,96	4,66	37.990	967.665.382,51
Triângulo Sul	1,57	4,61	10.993	507.948.891,55
Oeste	1,4	3,78	16.692	417.856.854,22
Triângulo Norte	1,28	4,04	15.340	757.173.782,60
Central	1,06	2,18	2.339	47.609.097,41
Vertentes	0,91	1,28	6.443	77.979.515,79
Mata	0,91	1,22	13.858	153.574.169,55
Vale do Rio Doce	0,9	2,81	6.102	114.971.921,68
Vale do Aço	0,72	0,46	5.530	44.406.579,37
Metropolitano	0,11	0,84	6.219	726.760.479,18

Fonte: Elaboração própria com informações do Anuário Estatístico do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, Censo 2010 – IBGE, e PIB Municipal 2006 - IBGE.

Nota: Estimativa populacional dos territórios com base no Censo de 2010, apesar dos valores, quantidade dos contratos do PRONAF e PIB territorial corresponderem ao ano de 2006.

De acordo com os dados da tabela 4, observa-se que a média do número total de contratos ofertados pelos PRONAF (proporcional ao contingente populacional local) é significativa no TDMBJ. Esse montante é o segundo maior do Estado em números realizados por habitantes locais, entretanto ao avaliar o valor nominal financeiro total desses contratos pelo PIB, verifica-se baixa participação do território estudado comparado com a média estadual. Essa ocorrência retrata um expressivo número de linhas de crédito aos agricultores da região, porém a valores orçamentários geralmente mais baixos, provavelmente devido à localidade concentrar agricultores familiares com produção de menor escala que a média dos demais produtores familiares de Minas Gerais.

Tabela 5: Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2008

Territórios de desenvolvimento	Média percentual do nº de contratos por população territorial	Porcentagem do valor total de contratos / PIB	Total	
			Nº de Contratos	Valor - (R\$)
Sudoeste	4,73	17,69	25.812	1441.689.940,00
Caparaó	3,54	5,54	22.260	291.348.122,50
Norte	2,93	3,56	46.240	395.132.206,90
Médio e Baixo Jequitinhonha	2,41	2,73	10.134	51.463.568,35
Noroeste	2,35	11,62	14.826	944.786.067,80
Mucuri	2,26	4,34	9.326	114.732.916,70
Sul	2,21	6,03	42.715	1.514.134.908,00
Alto Jequitinhonha	1,86	3,94	5.528	60.314.878,70
Triângulo Sul	1,57	5,6	11.046	843.979.198,90
Oeste	1,55	4,56	18.524	650.397.719,60
Central	1,5	4,19	3.319	109.616.372,00
Triângulo Norte	1,3	5,43	15.505	1.324.620.430,00
Vale do Rio Doce	1,22	3,2	8.243	159.584.397,00
Mata	1,04	2,01	15.915	316.752.983,50
Vertentes	0,99	1,59	6.957	138.747.642,30
Vale do Aço	0,85	0,77	6.512	90.118.667,12
Metropolitano	0,12	1,05	6.671	1.232.040.002,00

Fonte: Elaboração própria com informações do Anuário Estatístico do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, Censo 2010 – IBGE, e PIB Municipal 2006 - IBGE.

Nota: Estimativa populacional dos territórios com base no Censo de 2010, apesar dos valores, quantidade dos contratos do PRONAF e PIB territorial corresponderem ao ano de 2008.

Conforme a tabela 5, em 2008, apesar do número total dos contratos firmados entre os produtores apresentarem queda no Estado, o TDMBJ continua em posição de destaque nesse quesito, relativo à média do número de contratos por população local em comparação aos outros territórios. Já a média do valor dos contratos estabelecidos em relação ao PIB, comparado com 2006, não apresentou variação expressiva, ao passo que o valor nominal total destinado a esses contratos teve crescimento de cerca de 27,63%. Considerando que a inflação acumulada nesse mesmo período ficou em torno de 10,61%, o que corresponde a um aumento real de 15,39%. Isso indica continuidade no predomínio da contratação de linhas de crédito com valores médios menores que a maioria dos outros territórios do Estado. Essa característica está em sintonia com o caráter produtivo dos circuitos curtos de comercialização, porém observa-se uma tendência de aumento no valor médio dessas linhas de créditos e diminuição no número total das mesmas.

Em termos de evolução na participação do PIB estadual, o território apresentou retração (0,685% em 2006 para 0,677% em 2008), apesar de que dentro do TDMBJ nesse período o PIB aumentou cerca de 30%. Um dos fatores que podem ter contribuído com esse quadro de estagnação na participação da produção total do Estado, foi a ausência de ampliação no número de novos contratos.

Tabela 6: Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2010

Territórios de desenvolvimento	Média percentual do nº de contratos por população territorial	Porcentagem do valor total de contratos / PIB	Total	
			Nº de Contratos	Valor - (R\$)
Alto Jequitinhonha	2,08	3,6	6.188	67.116.399,22
Caparaó	4,03	7,66	25.354	432.770.865,90
Central	1,78	6,68	3.921	195.216.159,30
Mata	1,07	1,75	16.330	374.090.258,90
Médio e Baixo Jequitinhonha	2,25	5,13	9.473	105.298.289,40
Metropolitano	0,12	0,93	6.911	1.416.134.993,00
Mucuri	2,29	5,27	9.468	177.751.562,60
Noroeste	2,48	13,09	15.638	1.197.609.748,00
Norte	2,78	4,91	43.920	637.667.336,40
Oeste	1,69	5,1	20.188	903.655.059,60
Sudoeste	4,42	18,2	24.166	1.582.325.243,00
Sul	2,03	5,41	39.212	1.685.179.745,00
Triângulo Norte	1,39	5,95	16.636	1.816.377.339,00
Triângulo Sul	1,62	5,23	11.383	909.925.551,40
Vale do Aço	1,06	1,08	8.088	152.063.337,80
Vale do Rio Doce	1,3	4,09	8.802	247.937.615,40
Vertentes	0,94	1,52	6.629	157.656.731,10

Fonte: Elaboração própria com informações do Anuário Estatístico do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, Censo 2010 - IBGE, e PIB Municipal 2010 - CEI/ FJP

A tabela 6 indica que em 2010, o número de contratos de linhas de créditos concedidos aos produtores continua a diminuir em relação ao ano anterior no TDMBJ (queda de cerca de 6,52%). Juntamente a isso, verifica-se aumento médio no valor financeiro dessas concessões. O valor financeiro total repassado a esses contratos teve um aumento nominal de cerca de 104,61%, enquanto a inflação acumulada nesse período ficou em torno de 10,46%, o que corresponde a um aumento real de cerca de 85,23% nesses repasses. Tal relação pode ser um indício de crescimento de barreiras burocráticas a concessão de créditos aos agricultores locais.

Tabela 7: Média percentual do total dos contratos do PRONAF estabelecidos por população territorial, porcentagem do valor total dos contratos por PIB, quantidade e valor total dos contratos nos territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2012

Territórios de desenvolvimento	Média percentual do nº de contratos por população territorial	Porcentagem do valor total dos contratos / PIB	Total	
			Nº de Contratos	Valor (R\$)
Caparaó	2,15	2,29	13.507	174.619.417,70
Médio e Baixo Jequitinhonha	1,94	1,82	8.149	46.254.122,57
Sudoeste	1,89	1,68	10.335	187.679.088,20
Alto Jequitinhonha	1,74	1,56	5.180	38.586.788,35
Vale do Rio Doce	0,77	1,14	5.189	84.921.161,19
Mucuri	1,7	1,12	7.038	43.771.964,62
Norte	3,07	1,07	48.449	197.532.889,70
Noroeste	1,31	0,91	8.270	119.686.887,30
Sul	1,1	0,82	21.296	325.502.341,80
Oeste	1,09	0,72	13.043	171.056.543,80
Vertentes	0,94	0,54	6.610	76.078.068,94
Mata	0,78	0,53	11.950	134.583.001,70
Central	0,55	0,51	1.221	18.121.397,68
Vale do Aço	0,69	0,38	5.317	61.575.653,82
Triângulo Sul	0,46	0,28	3.256	63.888.499,53
Triângulo Norte	0,38	0,26	4.525	100.196.965,20
Metropolitano	0,07	0,03	4.238	62.300.953,20

Fonte: Elaboração própria com informações do Anuário Estatístico do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, Censo 2010 - IBGE, e PIB Municipal 2012 - CEI/FJP.

Nota: Estimativa populacional dos territórios com base no Censo de 2010, apesar que os valores, quantidade dos contratos do PRONAF e PIB territorial corresponderem ao ano de 2012.

Consoante a tabela 7, em 2012 o número de novos contratos de concessão de linhas de crédito apresentou queda acentuada em todo o Estado, bem como o valor nominal dessas concessões ofertadas diminuíram. Os territórios que recebiam valores mais expressivos (Sudoeste e Noroeste) foram os mais afetados. O TDMBJ apesar de também ter sofrido essa redução do valor financeiro nominal repassado e no número absoluto de contratos firmados, fica na segunda posição estadual em termos de concessões por conjunto populacional local, a mesma que ocupava no ano de 2006.

Em suma, o TDMBJ se caracteriza por ter um número relevante de contratos de concessões de crédito do PRONAF aos produtores familiares, em proporção ao contingente populacional existente. Apesar que os valores financeiros dessas concessões indiquem serem menores quando comparados à média dos demais territórios do Estado. Provavelmente, devido a esses agricultores beneficiados pelo crédito terem uma produção reduzida (enquadrados no “Grupo B” de produtores familiares do PRONAF), estando em sintonia com

a atual realidade produtiva⁴⁵ predominante nos circuitos curtos agroalimentares. Entretanto, de acordo com os dados analisados há uma tendência do programa em ofertar número menor de contratos e com o valor médio maior no território.

No período de 2006 até 2010 é observada aumento do valor nominal e real repassado às linhas de créditos que compõem o PRONAF no TDMBJ, junto com uma diminuição no número absoluto de novos contratos firmados em torno de 45,31%. Esse aumento orçamentário foi cerca de 161,15%, ao passo que a inflação acumulada nesse período ficou cerca de 22,19%, o que representa um aumento real repassado de aproximadamente 113,72%.

A partir de 2012, conforme verificado houve expressivo contingenciamento no repasse de recursos ao programa. E apesar da proporção entre número de novos contratos e o valor nominal médio desses financiamentos ter assumido posição mais homogênea comparado com os demais territórios do Estado, essa relação não ocorreu devido a facilidade de acesso do produtor ao crédito, mas sim devido a piora desse quadro nos demais territórios. Isso associado com a diminuição orçamentária e de novos contratos estabelecidos nesse período, acentua um ambiente menos atrativo ao pequeno produtor rural.

Essa situação pode indicar uma tendência de controle mais rígido a essas novas concessões, o que por sua vez, seria uma condição indesejável. Haja vista o perfil dos produtores que o programa visa atender ser agricultores de baixa renda, que não teriam acesso atrativo ao crédito por outros meios disponíveis no mercado.

Ademais, apesar do programa ser passível de melhorias, ele proporciona condição para que expressivo grupo de agricultores familiares passem a integrar o processo produtivo, sendo o circuito curto alimentar um instrumento para isso. Dessa forma, o programa acaba contribuindo com o desenvolvimento local e conseqüentemente com melhoria na qualidade de vida nessas regiões. Afinal, trata-se de um ambiente carente em infraestrutura e de canais que promovam a inclusão social, conforme o PRONAF propõe.

⁴⁵ Produção de pequena escala, com característica comunitária, informal e sem a necessidade de elevados financiamentos

5.3 Incentivos à demanda

Os outros dois programas de governo abordados nos tópicos seguintes constituem-se como dispositivos de compras públicas, também caracterizado como compra governamental. Trata-se de um instrumento com a finalidade principal de estimular a demanda incrementando algumas atividades que compõe o mercado. Contudo, é necessário adaptar essa política às peculiaridades locais, tornando assim suas ações sustentáveis e coerentes às necessidades regionais.

A matriz das ações constituintes desses programas do Governo Federal que serão tratados a seguir (PNAE e PAA) se resumem em modalidades de transferências financeiras aos produtores, que por sua vez, irão abastecer de alimentos as instituições beneficiadas.⁴⁶ Essa conexão entre produtores e instituições caracteriza uma forma de circuito curto de comercialização, compatível com aspectos abordados a respeito dessa estrutura de mercado.

Apesar disso, a ocorrência desse elo entre os agentes locais (agricultores e população beneficiada) ser promovida pelo poder público através de repasses governamentais, não descaracteriza a natureza proximal entre os atores. Afinal, a conexão produtor-consumidor estabelecida ocorre sem posterior interferência do Estado. Ou seja, o governo atua apenas como motivador desse circuito curto comercial, sem se envolver diretamente com as transações físicas que o caracteriza, ficando tal prática a cargo dos atores locais inseridos nesse mercado (produtores familiares e instituições beneficiadas).

5.3.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE)⁴⁷, o programa foi criado em 31 de março de 1955 e complementa a alimentação dos alunos que cursam a educação básica na rede pública de ensino. Essa dinâmica se estrutura através de transferências da União aos estados e municípios, proporcional ao número de alunos matriculados (baseados no Censo Escolar realizado no ano anterior). Entretanto, a

⁴⁶ Escolas, creches, hospitais, asilos, entre outros.

⁴⁷ <http://www.fnde.gov.br>

compra dos produtos provenientes da agricultura familiar se deu décadas mais tarde, por meio da Lei nº 11.947, de 16/6/2009 determinando que o mínimo de 30% do valor total desses repasses devem ser direcionados a compra direta dos produtos da agricultura familiar, com objetivo de estimular o desenvolvimento econômico sustentável das localidades.

Segue abaixo a tabela com valor total dos repasses por aluno, de acordo com a modalidade e etapa de ensino que o estudante se encontra. Sendo que, conforme a Lei, pelo menos 30% desse valor total repassado deve ser destinado à compra dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Tabela 8: Valor repassado da União a estados e municípios por dia letivo por aluno, referente à etapa e/ou modalidade de ensino vigente em 2017.

Etapa e/ou modalidade de ensino fundamental	Valor repassado a cada aluno por dia letivo – (R\$)
Creches	1,07
Pré-escolas	0,53
Escolas indígenas e quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de jovens e adultos	0,32
Ensino integral	1,07
Programa de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral	2,00
Alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contraturno	0,53

Fonte: Elaboração própria com dados disponibilizados no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Conforme divulgado pela Cartilha Nacional da Alimentação Escolar, o PNAE é de responsabilidade do FNDE, sendo ele incumbido por: normatizar, monitorar, financiar, cooperar e fiscalizar o programa. O objetivo do programa é contribuir com o desenvolvimento dos alunos, melhorando o rendimento escolar deles através de ações que os ofertam alimentação em períodos em que estão na escola. (BRASIL, 2015a)

Com a criação da Lei nº 11.947 de 2009, foram instituídas as seguintes diretrizes para a alimentação escolar: Alimentação saudável e adequada; Educação alimentar e nutricional; Universalização; Participação social; Desenvolvimento sustentável; Direito a alimentação escolar. Assim, o programa é executado por meio de financiamentos, que disponibilizam recursos para as entidades executoras (EEX)⁴⁸, sendo integralmente

⁴⁸ Secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas.

convertidos na compra de gêneros alimentícios para alimentação escolar. Esse processo, por sua vez, é acompanhado por contínua prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, apresentada pelas EEX e pelo FNDE. Ou seja, trata-se de um programa composto de ações voltadas à promoção alimentar escolar que contribuem com o fortalecimento do circuito curto de comercialização da agricultura familiar. (BRASIL, 2015a)

Baccarin et. al. (2011) esclarecem que essas compras institucionais diretas que beneficiam os produtores familiares ocorrem por meio das chamadas ou aquisições públicas⁴⁹, estabelecendo de forma prévia o preço dos produtos. Contudo, esses preços não podem superar o valor médio praticado no mercado alimentício para não sobrecarregar os recursos públicos. Simultaneamente a isso, ainda conforme os autores, a diminuição de atravessadores promovida por essa compra direta pode proporcionar a esses pequenos produtores valores maiores que a média obtida por eles através dos canais habituais de venda. Dessa maneira, depois da instituição da Lei 11.947 de 2009, os agricultores familiares passam a ter ampliação de mercado para escoar a sua produção que se realiza em conformidade com o circuito curto de comercialização.

Visto isso, as informações correspondentes à participação no TDMBJ do PNAE serão expostas nas tabelas a seguir. Desse modo, busca-se expor a evolução do montante dos recursos nominiais dirigidos a esse programa no local referido, e o número de alunos atendidos. Referente a inflação acumulada nos períodos avaliados, utilizado na análise dos dados, estão em sintonia com os dados divulgados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), disponível no Portal Brasil. O estudo abrange período posterior a criação da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, sendo examinado os anos intercalados inseridos no período de 2010 a 2016. Em seguida, será verificado o percentual da participação da agricultura familiar no PNAE dentro do TDMBJ, no período de 2011 a 2015.

⁴⁹ Modalidade de edital divulgado por jornais, rádio comunitárias, internet, mural público, et cetera. Informando os alimentos e a quantidade de cada um deles deseja adquirir do produtor.

Tabela 9: Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado, aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2010

Microterritórios	Número de alunos atendidos	Valor repassado - (R\$)
Almenara	48.707	1.451.725,20
Araçuaí	15.315	325.496,80
Itaobim	22.367	641.298,80
Padre Paraíso	20.969	580.246,40
Pedra Azul	15.240	417.900,40
Total	122.598	3.416.667,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal Brasileiro de Dados Aberto e FNDE

Tabela 10: Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2012

Microterritórios	Número de alunos atendidos	Valor repassado - (R\$)
Almenara	45.453	1.717.032,00
Araçuaí	14.437	355.212,00
Itaobim	21.778	730.044,00
Padre Paraíso	20.235	643.032,00
Pedra Azul	14.125	461.496
Total	116.028	3.906.816,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal Brasileiro de Dados Aberto e FNDE

Conforme demonstram as tabelas 9 e 10, no período de 2010 a 2012, observa-se diminuição em torno de 5,36% no número total de alunos atendidos pelo programa, juntamente com um aumento cerca de 14,35% no valor nominal do repasse financeiro. A inflação acumulada nesse período correspondeu a cerca de 12,71%, o que representa aumento real de aproximadamente 1,46% aos recursos repassados ao PNAE. Essa relação inversa, provavelmente ocorre devido a sazonalidades e a não ampliação de redes de escolas atendidas pelo programa em algumas regiões. Segundo consta no Anuário Brasileiro de Desastres Naturais de 2011, a região do Semiárido que inclui o território estudado foi a mais atingida pelos eventos de seca e estiagem. Isso ocorreu devido à influência do fenômeno “La Niña”⁵⁰ que trouxe níveis de chuva abaixo do padrão normal, afetando diretamente a produção agrícola local, diminuindo a oferta e aumentando os preços. (BRASIL, 2012b)

⁵⁰ Fenômeno natural que consiste na alteração da temperatura superficial das águas do Oceano Pacífico em alguns pontos, ocorrência que provoca uma série de mudanças no padrão pluviométrico e climático diversas partes do mundo.

Tabela 11: Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2014

Microterritórios	Número de alunos atendidos	Valor repassado - (R\$)
Almenara	81.636	3484206
Araçuaí	13.774	370206
Itaobim	21.452	1.037.506,00
Padre Paraíso	20.095	875024
Pedra Azul	13.747	543440
Total	150.704	6.310.382,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal Brasileiro de Dados Aberto e FNDE

Comparando as tabelas 10 e 11, o período de 2012 a 2014, houve aumento no número de alunos atendidos em torno de 29,89%, acompanhado de uma elevação de cerca de 61,52% no repasse nominal de recursos. A inflação acumulada nesse período ficou em torno de 12,69%, correspondendo a um aumento real por volta de 43,63%. Apesar da existência de eventos sazonais que podem prejudicar a agricultura, verifica-se aparente ineficiência na execução do programa cuja motivação aborda complexidades que vão além do âmbito do estudo. Afinal, o total de crianças atendidas ficou muito aquém do aumento percentual orçamentário.

Tabela 12: Quantidade de alunos atendidos e valor financeiro repassado aos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2016

Microterritórios	Número de alunos atendidos	Valor repassado - (R\$)
Almenara	42.217	3.523.800,00
Araçuaí	13.044	402.838,00
Itaobim	19.627	912.320,00
Padre Paraíso	38.781	1.589.260,00
Pedra Azul	13.111	534.500,00
Total	126.780	6.962.718,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal Brasileiro de Dados Aberto e FNDE

No ano de 2016, houve aumento de cerca de 10,34% no repasse financeiro nominal ao programa comparado a 2014. Entretanto, o acumulado da inflação (comparativo ao mesmo ano) ficou em torno de 17,62%, representando queda no valor real repassado em cerca de 6,19% ao programa. Porém, a diminuição do número total de alunos atendidos que acompanha essa diminuição de recursos foi proporcionalmente maior que a queda real avaliada no repasse financeiro (15,87%). Tal situação justifica-se em partes pela existência de outro período severo de estiagem (aumenta o preço e diminuiu a demanda de alimentos),

publicado junto a série histórica de reconhecimentos de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) de 2016, disponível no portal do Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2016c)

Outra circunstância relevante a respeito do programa seria relacionada à Lei 11947/2009, que prevê que no mínimo 30% do total de recursos transferidos ao PNAE, devem ser destinados a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Contudo, não acontece na prática o cumprimento desse percentual mínimo, provavelmente devido a necessidades de melhorias no processo das chamadas públicas. Em vista disso, somente no ano de 2013 que o valor mínimo estipulado em lei foi atendido. A tabela a seguir ilustra essa situação.

Tabela 13: Valor total repassado ao PNAE, valor das aquisições da agricultura familiar, e porcentagem de participação da agricultura familiar - Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha/MG - 2011 -2015

Ano	Valor total transferido - (R\$)	Valor das aquisições da agricultura familiar - (R\$)	Participação da agricultura familiar - (%)
2011	3.408.456,00	727.211,83	21,34
2012	3.968.088,00	918.880,43	23,16
2013	4.361.310,00	1.328.452,42	30,46
2014	4.574.926,00	1.239.925,74	27,10
2015	4.959.219,60	1.233.467,35	24,87

Fonte: Elaboração própria com os dados dos Portal FNDE

Apesar disso, verifica-se que a participação da agricultura familiar no TDMBJ ainda é maior do que a média estadual (ficando abaixo dela apenas em 2015) provavelmente devido à forte atuação desses produtores no território. Essa situação é melhor exposta através da tabela a seguir, contendo a porcentagem da participação familiar do Estado de Minas Gerais no período de 2011 a 2015, que ao ser comparada com a tabela anterior enfatiza o peso desse segmento produtivo no ambiente estudado.

Tabela 14: Valor total repassado ao PNAE, valor das aquisições da agricultura familiar, e porcentagem de participação da agricultura familiar - Estado de Minas Gerais - 2011 - 2015

Ano	Valor total transferido - (R\$)	Valor das aquisições da agricultura familiar - (R\$)	Participação da agricultura familiar - (%)
2011	137.487.387,20	17.747.641,69	12,91
2012	154.675.972,00	25.112.233,74	16,24
2013	171.969.028,40	31.165.298,31	18,12
2014	172.494.066,00	46.330.870,83	26,86
2015	186.221.364,80	56.177.250,88	30,17

Fonte: Elaboração própria com os dados dos Portal FNDE

O programa apresentado reúne aspectos positivos e negativos. Os aspectos positivos mais relevantes estão na tendência de aumento da participação da agricultura familiar ao longo do tempo, bem como o território apresentar participação expressiva desse segmento quando comparada com a média estadual. Juntamente a isso, outro ponto favorável foi o aumento no repasse de recursos ao PNAE no período observado. De cerca de 103,78%, com o acumulado da inflação no mesmo período em torno de 49,39%, representando aumento real no repasse por volta de 36,41%. Em contrapartida, os aspectos negativos mais destacados foram indícios de baixa eficiência causada principalmente por efeitos sazonais, visto que a disponibilidade de recursos destinados ao PNAE não promoveu o resultado esperado, que é o aumento proporcional na quantidade de alunos atendidos. Além disso, a participação da agricultura familiar no exercício do programa ficou abaixo do mínimo previsto em lei, na maioria do período avaliado.

Em suma, apesar do percentual de compra proveniente dos produtores familiares estar aquém do que deveria, observa-se uma tendência de reversão desse quadro nos anos seguintes. Essa política pública examinada, além de estimular a comercialização direta com os pequenos produtores locais através das compras institucionais, ajuda a garantir segurança nutricional aos alunos da rede básica de ensino. Sendo esta função necessária ao desempenho escolar satisfatório, ainda mais em um ambiente pobre e afetado pela falta periódica de chuva.

5.3.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi criado no ano de 2003⁵¹ com objetivo de diminuir a pobreza e a fome no país, além de incentivar o fortalecimento da agricultura familiar. Para isso, a execução do programa é estruturada por meio da aquisição de alimentos via circuito curto de comércio agroalimentar, favorecendo assim a comercialização direta com produtores familiares e suas organizações. (MATTEI, 2007)

Essa compra direta de produtos dispensa a necessidade de licitação, cada produtor tem acesso a um limite anual, igualmente como descrito anteriormente referente ao PNAE, e seus preços também não devem ultrapassar a média de valor aplicado no mercado convencional. Após a compra os produtos são doados a instituições sociais⁵² que atendem a população, sobretudo os mais necessitados. O programa foi financiado pelo MDA e MDS⁵³ (a partir de maio de 2016, através do decreto nº 8.780, essa competência foi transferida para Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário), juntamente com parcerias entre os demais entes federados e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os produtores beneficiados e o público consumidor são inseridos no programa através do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)⁵⁴. (BRASIL, 2012c)

Essa iniciativa fomenta maior diversidade produtiva entre os agricultores por existir preferência na compra de produtos compatíveis com as estações do ano⁵⁵, período em que algumas culturas diminuem seu preço de mercado. De acordo Ellis (2000), essa diversificação de culturas proporciona aos produtores familiares segurança financeira mais expressiva, quando comparada a uma produção menos diversificada. Isso ocorre, consoante com autor, porque os impactos dos efeitos sazonais e climáticos são menos observados em pautas produtivas mais variadas.

⁵¹ Instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003

⁵² Restaurantes populares, banco de alimentos comunitários, e cestas de alimentos distribuídas pelo governo, entre outros.

⁵³ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

⁵⁴ Sistema que reúne informações sobre famílias brasileiras de baixa renda para participação dos programas sociais do governo.

⁵⁵ A safra de cada gênero alimentício varia ciclicamente conforme as estações do ano.

Conforme publicado no portal⁵⁶da CONAB, o PAA se divide em seis modalidades que serão expostas no quadro abaixo. Essas modalidades confere um conjunto de ações que buscam fortalecer a autonomia dos agricultores familiares, e de acordo com Cordeiro (2007) isso ocorre protegendo esses produtores da atuação dos “atravessadores” ao propor proximidade entre produção e consumo, conseqüentemente colaborando com desenvolvimento local por exigir maior inclusão nesse sistema produtivo descentralizado.

Quadro 1 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – 2017

Modalidade	Característica	Limite anual - em R\$
Compra com Doação Simultânea	Compra de produtos da agricultura familiar com dispensa de licitação e posterior doação às instituições	8.000 (por unidade familiar)
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA como objetivo de sustentar os preços no mercado	8.000 (por unidade familiar) e 500.000 (por organização fornecedora)
Apoio à Formação de Estoques	Apoio financeiro para construção de estoques alimentares pelas organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução dos recursos ao poder público.	8.000 (por unidade familiar) e 1.500.000 (por organização fornecedora)
Compra Institucional	Compra da agricultura familiar via chamada pública	20.000 (por unidade familiar) e 6.000.000 (por órgão comprador)
Aquisição de Sementes	Compra de sementes para alimentação humana ou animal	16.000 (por unidade familiar) e 6.000.000 (por organização fornecedora)
Incentivo à produção e ao consumo de leite /PAA Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias em estado de insegurança alimentar	8000 (por unidade familiar)

Fonte: Elaboração própria com as informações disponíveis no portal da CONAB - <http://www.conab.gov.br> (acesso em 08 de maio de 2017).

No que se refere à participação no TDMBJ do PAA, serão expostas nas tabelas a seguir os valores totais do somatório das modalidades. Assim, são observados a evolução no montante dos recursos destinados ao programa no território avaliado e o número de agricultores incluídos no programa, bem como a quantidade total da produção, número total dos atendimentos individuais e a entidades. O período avaliado foi escolhido com base na disposição mais atual dos dados oferecidos através do portal PAA Data, correspondendo ao período posterior ao ano de 2012 em que o programa começou a sofrer consecutivos contingenciamentos em todo o território nacional.

⁵⁶ <http://www.conab.gov.br/>

Tabela 15: Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2012

Microterritórios	Nº de agricultores fornecedores	Nº de entidades atendidas	Nº de atendimentos realizados	Recursos - (R\$)	Produtos - (Kg)
Almenara	471	35	18.191	2.086.081,85	2.258.396,95
Araçuaí	169	2	4.109	708.009,66	978.861,24
Itaobim	158	3	5.925	864.238,86	1.121.992,73
Padre Paraíso	206	14	10.200	932.090,02	783.397,23
Pedra Azul	109	33	12.172	452.909,75	238.148,00
Total	1113	87	50.597	5.043.330,14	5.380.796,15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal PAA Data

Nota: Essas informações podem se sujeitar a atualizações conforme consta no portal. (Acesso em 08 de maio de 2017.)

Tabela 16: Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2013

Microterritórios	Nº de agricultores fornecedores	Nº de entidades atendidas	Nº de atendimentos realizados	Recursos - (R\$)	Produtos - (Kg)
Almenara	206	35	17.340	354.565,33	223.110,12
Araçuaí	71	0	4.109	199.823,65	245.369,35
Itaobim	73	0	4.128	264.577,15	325.056,26
Padre Paraíso	179	0	5.404	531.712,03	432.931,46
Pedra Azul	0	0	0	0,00	0
Total	529	35	30.981	135.0678,16	1.226.467,19

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal PAA Data

Nota: Essas informações podem se sujeitar a atualizações conforme consta no portal. (Acesso em 08 de maio de 2017.)

De 2012 a 2013, houve redução expressiva em todos os aspectos observados. Essa ocorrência, de acordo com o Relatório de Gestão de 2013 da CONAB, se deve a contingenciamento de recursos ocorridos no segundo semestre de 2013, acompanhado de mudanças normativas administrativas visando à adaptação orçamentária a esse quadro (BRASIL, 2014). O número de agricultores fornecedores caiu em torno de 52,47%, além do que os recursos nominiais destinados ao programa no território sofreu queda de 73,22% (situação agravada considerando a inflação acumulada nesse período, correspondente a 5,91%, traduzindo em queda real dos repasses em 74,71%), houve também queda de cerca de 77,20% correspondente a quantidade total de alimentos produzidos.

Tabela 17: Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade de produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2014

Microterritórios	Nº de agricultores fornecedores	Nº de entidades atendidas	Nº de atendimentos realizados	Recursos - (R\$)	Produtos - (Kg)
Almenara	45	6	2.357	292.327,38	87.977,00
Araçuaí	24	0	0	134.070,49	142.639,94
Itaobim	6	1	260	14.534,48	15.463,49
Padre Paraíso	95	40	899.767	370.797,23	219.550,24
Pedra Azul	13	0	0	50.325,15	27.417,16
Total	183	47	902.384	862.054,73	493.047,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal PAA Data

Nota: Essas informações podem se sujeitar a atualizações conforme consta no portal. (Acesso em 08 de maio de 2017.)

No ano de 2014, em comparação com o ano anterior, somente o número de atendimentos realizados apresentaram melhora (devido a utilização de alimentos estocados), sendo que os outros pontos observados continuaram em queda. O grupo de agricultores fornecedores diminuiu cerca de 65,41%, os recursos nominais em aproximadamente 36,18% (com acumulado da inflação de cerca de 6,4%, correspondendo a uma diminuição real de recursos por volta de 40,02%) e a quantidade produzida caiu 59,80%. De acordo com o Relatório de Gestão da CONAB de 2014, é descrito ameaça na realização da missão institucional do programa devido ao caráter dependente dessa política pública. Segundo a CONAB, os recursos são repassados através de liberações do Tesouro Nacional, que nem sempre ocorrem conforme programado. Dessa forma, a insuficiência ou descontinuidade de fluxo financeiro acarreta prejuízo ao PAA. (BRASIL, 2015b)

Tabela 18: Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade de produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2015

Microterritórios	Nº de agricultores fornecedores	Nº de entidades atendidas	Nº de atendimentos realizados	Recursos - (R\$)	Produtos - (Kg)
Almenara	101	43	726	565.104,52	210.809,71
Araçuaí	9	22	5.056	37.226,66	39.606,09
Itaobim	0	0	0	0,00	0
Padre Paraíso	86	34	743	247.175,58	111.545,35
Pedra Azul	41	0	0	111.491,89	60.577,34
Total	237	99	6.525	960.998,65	422.538,49

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal PAA Data

Nota: Essas informações podem se sujeitar a atualizações conforme consta no portal. (Acesso em 08 de maio de 2017.)

No ano de 2015, a situação apresenta discreta melhora em relação ao ano anterior. O repasse de recursos nominais obteve leve aumento de 11,48%, ao passo que o acumulado da inflação nesse período foi por volta de 10,67%, representando um aumento real de cerca de 0,73%. O número de agricultores fornecedores aumentou por volta de 29,50%, ao passo que quantidade produzida caiu aproximadamente 14,30%, provavelmente devido a aspectos sazonais que impactam na produção.

Tabela 19: Quantidade de agricultores fornecedores, número de entidades atendidas e de atendimentos prestados, recursos totais executados, quantidade de produtos fornecidos - nos microterritórios do Médio e Baixo Jequitinhonha - Minas Gerais - 2016

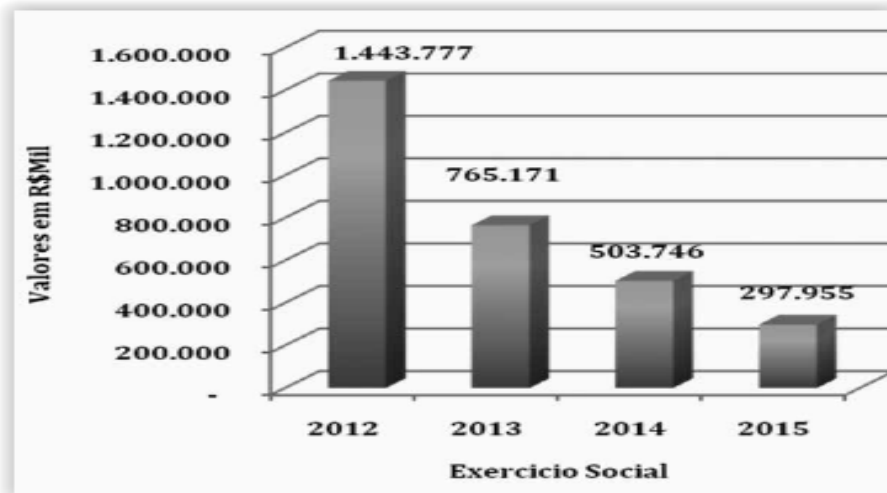
Microterritórios	Nº de agricultores fornecedores	Nº de entidades atendidas	Nº de atendimentos realizados	Recursos - (R\$)	Produtos - (Kg)
Almenara	0	0	0	0,00	0
Araçuaí	5	0	15	21.080,72	20.901,11
Itaobim	0	0	0	0,00	0
Padre Paraíso	76	1	190	23.723,44	24.499,64
Pedra Azul	23	1	58	3.967,30	4.220,88
Total	104	2	263	48.771,46	49.621,63

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal PAA Data

Nota: Essas informações podem se sujeitar a atualizações conforme consta no portal. (Acesso em 08 de maio de 2017.)

No ano de 2016 continua a tendência de contingenciamentos ao programa em âmbito nacional, o que por sua vez reflete no TDMBJ. De acordo com o último Relatório Analítico das Atividades da CONAB relativo ao exercício de 2015, há expressiva retração das principais receitas e aumento das despesas. (BRASIL, 2016b). Isto impacta negativamente no montante nominal repassado ao programa no ano subsequente em todo o país. Esse resultado deficitário, no Relatório de Gestão de 2015, atribui tal quadro, principalmente, ao aumento das despesas com: pessoal, administrativo, provisões, encargos patronais, serviços técnicos-profissionais, depreciações, entre outras. Sendo estas atividades próprias da CONAB, associadas à expressiva queda de receitas, principalmente receitas brutas de vendas. A situação representada no gráfico 2, expõe o decréscimo médio anual que representa essa retração. (BRASIL, 2016a)

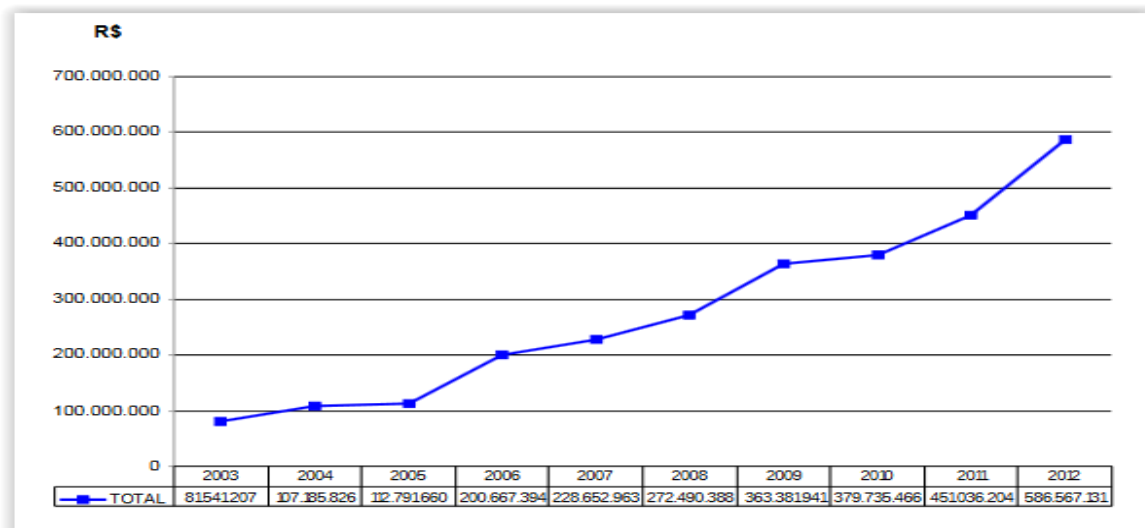
Gráfico 2: Evolução das receitas brutas de vendas do PAA – Brasil – 2011-2015



Fonte: CONAB – Extraído do Relatório Analítico das Atividades da Conab-2015.

O PAA desde a sua criação até o ano de 2012, apresentou evolução positiva e constante ampliação de atuação em todo o território nacional, episódio que pode ser indicado no gráfico abaixo, retratando significativa evolução nominal das finanças dirigidas ao programa nos seus primeiros nove anos de existência:

Gráfico 3: Evolução dos recursos destinados ao PAA – 2003-2012.



Fonte e Elaboração: CONAB/GECAF.

Entretanto após 2012, conforme avaliado, o programa começou a apresentar uma série de limitações de recursos e contingenciamentos em todo o país. Isso afetou o exercício dessa política pública no TDMBJ. A tabela a seguir expõe essa redução nominal dos recursos aplicados no PAA, evidenciada após o exercício de 2012 em todo o cenário nacional.

Tabela 20: Execução do PAA no Brasil - 2011 -2015

Ano	Nº de agricultores fornecedores	Nº de municípios atendidos	Nº de entidades atendidas	Recursos ao PAA Doação-Simultânea - (R\$ Milhões)	Recursos totais aplicados - PAA (R\$ milhões)
2011	106.600	1.259	17.722	363	451
2012	128.804	1.180	17.988	395	586,6
2013	41.412	524	3.742	176,4	224,5
2014	51.228	619	3.968	286,5	338
2015	38.794	541	2.829	241,3	287,5

Fonte: SUPAF / DIRAB / CONAB - Adaptado

Dessa forma, apesar do PAA apresentar importância estratégica como instrumento fomentador da agricultura familiar e da promoção da compra direta com o produtor, o programa sofreu consecutivos contingenciamentos em âmbito nacional no período estudado, que se tornam ainda mais expressivo considerando o efeito inflacionário. Com isso, sua atuação no TDMBJ também ficou comprometida. Contudo, apesar das restrições a essa política pública, ela continua sendo um instrumento de incentivo à produção familiar e da promoção de segurança alimentar a grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

5.4 Incentivo ao comércio: Apoio às Feiras Livres da agricultura familiar

As Feiras Livres correspondem a um canal tradicional do exercício dos circuitos curtos, onde o produtor vende diretamente ao público consumidor expondo as mercadorias periodicamente⁵⁷, em ambientes de livre acesso. Ângulo (2003) complementa essa visão ao se referir a essas feiras como o mais antigo dos meios de comercialização alimentar. Além disso, o autor retrata essa conformação de comércio como influenciador da vida local, pois afeta não apenas com a renda dos comerciantes, mas também com os hábitos da população.

Ribeiro (2007) por sua vez, descreve a feira livre como uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais, se inserindo na economia e cultura de diversas regiões mineiras. Segundo o autor, é uma estrutura de comércio que tem importância em abastecer cidades, sobretudo as menores e mais distantes das rotas de distribuição de alimentos, bem como escoar a produção dos lavradores e aquecer o comércio urbano.

⁵⁷ Geralmente aos finais de semana, na maioria dos municípios de Minas Gerais

Ainda de acordo com Ribeiro (2007), as Feiras Livres não se enquadram em um sistema socioeconômico homogêneo, devido a acentuadas diferenças produtivas entre os feirantes que dificilmente mantem um volume de oferta constante. Segundo o autor, isso ocorre devido a uma série de fatores relacionados ao acesso diferenciado a equipamentos, infraestrutura e a outros fatores como: terra fértil, água, herança, transporte, etc. Apesar dessa inconstância, o autor conclui que a Feira Livre é um importante mecanismo de subsistência.

Além dessa assimetria de acesso a equipamentos e infraestrutura básica por parte dos feirantes, os produtos comercializados nos circuitos curtos agroalimentares apresentam instabilidade de preços, sobretudo devido às influências sazonais e climáticas na produção, também por serem perecíveis (especialmente as hortícolas). Conforme expõem Belik e Chaim (1999), além desse quadro natural de instabilidade, a comercialização de frutas e hortaliças ocorre geralmente através das Feiras Livres, que na maioria dos casos constam com um sistema de abastecimento apresentando falhas e falta de planejamento em muitas regiões brasileiras.

Continuando na perspectiva de Belik e Chaim (1999), o baixo nível de renda em algumas regiões se reflete no apelo negligente à qualidade dos produtos expostos nas feiras. Assim, a comercialização estruturada na agricultura tradicional, composta majoritariamente por produtos perecíveis prossegue, sem planejamento e infraestrutura satisfatórios. Contudo, este padrão de consumo se modifica ao longo do tempo conforme ocorrem melhorias produtivas e cuidados pós-colheita permitindo a comercialização de alimentos mais frescos e de melhor qualidade.

Machado (2002) complementa que o consumidor é o ator principal nesse processo de selecionar os produtos, os quais devem conter atributos em conformidade com padrões de qualidade satisfatórios. Assim, o feirante deve procurar estabelecer estratégias para obter bons produtos e com isso conquistar a preferência dos clientes. Dessa forma, algumas ações colaborativas a comercialização nas Feiras Livres seria, por exemplo, as que promovessem as ferramentas e infraestrutura elementar para os produtores/feirantes executarem melhor as vendas.

Um exemplo de atuação voltada a essas iniciativas, com eixo na comercialização das Feiras Livres no Estado de Minas Gerais seria algumas ações inclusas no programa estadual “Do Campo À Mesa”, que pretende viabilizar essas ferramentas e infraestrutura básica aos feirantes. A seguir, observam-se algumas características das principais ações desse programa, enfatizando sua prática no território estudado.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) propondo contribuir no âmbito comercial do circuito curto relativo às Feiras Livres no Estado de Minas Gerais criou o Programa 059 (conhecido como “Apoio À Produção Sustentável, Agregação De Valor e Comercialização” ou “Do Campo À Mesa”), o qual possui ações voltadas ao apoio a essa forma tradicional de comércio realizada pelos produtores familiares. Segundo a SEDA as diretrizes do programa estão em sintonia com alguns dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁵⁸, sendo eles: erradicação da pobreza; agricultura sustentável; trabalho e crescimento econômico; redução das desigualdades; consumo e produção responsáveis; preservação os ecossistemas terrestres. No quadro abaixo seguem as principais ações orçamentárias do programa citado. (MINAS GERAIS, 2016)

⁵⁸ Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

Quadro 2 - Principais ações de incentivo às Feiras Livres do Programa 059 - Apoio À Produção Sustentável, Agregação De Valor e Comercialização - Do Campo À Mesa.

Ação Orçamentária	Finalidade	Atuações
4131 - Apoio as Feiras Livres da agricultura familiar - "Aqui Tem Feira! ”.	Apoiar a implantação, revitalização e modernização das feiras da agricultura familiar, de modo a viabilizar os circuitos curtos de comercialização.	Entrega de conjuntos de equipamentos para implantação ou modernização das feiras, a partir dos "Kits Feira Livre".
4141 - Apoio ao cooperativismo e acesso a mercados institucionais	Apoiar grupos sociais da agricultura familiar a constituir cooperativas e associações visando reduzir seus custos para ampliar sua participação no mercado	Realização de eventos técnicos como: Cursos de capacitação sobre cooperativismo, realização de fóruns e oficinas de capacitação aos agricultores.
4143 - Apoio e realização de eventos e produção de informações para o desenvolvimento rural	Promover eventos de apoio à agregação de valor e comercialização da agricultura familiar	Eventos realizados, montagem de estantes, contratação de insumos para realização dos eventos, produção e divulgação de material.
4144 - Apoio à infraestrutura rural, logística e acesso aos serviços públicos no campo	Apoio à logística na zona rural, ampliação a acesso a serviços públicos e desenvolvimento da infraestrutura rural.	Atividades de promoção da infraestrutura

Fonte: Elaboração própria com informações obtidas pelo PPAG 2016-2019 do Estado de Minas Gerais e Pelo Balanço de 2016 disponibilizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA)

A título de esclarecimento, a ação orçamentária 4144 foi excluída no ano de 2016 e sua função foi atribuída à outra ação orçamentária já existente no mesmo Programa (ação 2034)⁵⁹ que era voltada ao fomento da agroindústria (incentivadora da oferta). Assim, após essa incorporação ela passou a incentivar também essa “estrutura logística voltada à comercialização”. Contudo, não houve impacto significativo da atuação dessa ação no território estudado no período avaliado e por isso não haverá detalhamento dela no estudo.

Apesar da recente criação do programa “Do Campo À Mesa”⁶⁰ instituído no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2016-2019) suas ações voltadas à comercialização já possibilitaram importantes entregas aos comerciantes locais. Como por exemplo, dos chamados “Kits Feira Livre” que são compostos cada um por: 10 barracas, 20 jalecos, 60 caixas plásticas e 02 balanças de precisão e têm o objetivo melhorar a

⁵⁹ Após essa incorporação a ação 2034 passou a se chamar; “Agroindústria familiar e infraestrutura”.

⁶⁰ Criada pelo Projeto de Lei 2.937 de 2015 (02/10/2015, constituinte do PPAG 2016-2019) (MINAS GERAIS 2015b).

infraestrutura para produtores-feirantes exporem os produtos. Bem como, a doação de veículos a grupos de agricultores familiares viabilizando o transporte e comercialização dos alimentos, e também a realização de eventos e seminários visando capacitar os envolvidos e apoiar as feiras locais.

De acordo com o documento de monitoramento do PPAG 2016-219 relativo ao acumulado no primeiro ano de exercício (2015 a 2016), o Programa “Do Campo À Mesa” executou entregas no Estado de Minas Gerais, das quais as principais direcionadas ao apoio à comercialização das Feiras Livres estão expostas no quadro seguinte:

Quadro 3 – Principais execuções das ações inseridas no Programa-059 relacionadas ao apoio à comercialização das Feiras Livres no Estado de Minas Gerais – 2015 a 2016.

Entregas	Ação
Doação de 245 Kits Feira Livre	4131 - Apoio as feiras livres da agricultura familiar - "Aqui Tem Feira! ”.
Entrega de 10 caminhões isotérmicos para transporte de alimentos	4141 - Apoio ao cooperativismo e acesso a mercados institucionais
Aquisição de 200 mil reais em produtos de cooperativas	
Realização do "Circuito Alimentação” que são oficinas de capacitação para os agricultores e servidores	
Realização do I seminário para desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas de Minas Gerais	4143 - Apoio e realização de eventos e produção de informações para o desenvolvimento rural
Realização da 2ª conferência estadual de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais	

Fonte:Elaboração própria com informações do monitoramento do PPAG- exercício 2016 e pelo Balanço de 2016 disponibilizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA).

Segundo a SEDA, através do seu balanço do ano de 2015, o programa “Do Campo À Mesa” nesse ano distribuiu 27 “Kits feira livre” em todo o Estado, dos quais o TDMBJ recebeu 02 deles, destinados aos municípios de Araçuaí e Novo Cruzeiro. Houve também em Araçuaí a realização do “I Encontro da Agricultura Familiar”, que possibilitou palestras e capacitações visando apoiar a comercialização dos feirantes na região (MINAS GERAIS, 2016).

No ano seguinte, conforme o balanço do ano de 2016 da SEDA, o mesmo programa possibilitou a doação ao município de Araçuaí de um caminhão equipado com baú

isotérmico adaptado ao transporte de alimentos, destinado a atender os feirantes da região. Juntamente com isso, houve a entrega de 23 “Kits Feiras Livres” que foram distribuídos no TDMBJ (destinados nos seguintes municípios: 11 em Araçuaí; 10 em Itaobim; 01 para Joáima; 01 em Santo Antônio do Jacinto) (MINAS GERAIS, 2017b).

Em março de 2017 foi entregue outro caminhão no território, para o município de Almenara. Nos primeiros meses deste ano ocorreram também novas entregas de Kits, que somando com as outras já foram realizadas, serão expostas no quadro seguinte. Sendo estes números acumulados até o momento da realização do estudo, relativo aos territórios do Estado de Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 2017c)

Tabela 21: Número total de Kits Feira Livre entregues no Estado de Minas Gerais pela ação 4131 do Programa 059 até maio de 2017

Território de Desenvolvimento	Nº acumulado de "Kits Feira Livre"
Triângulo Norte	37
Médio e Baixo Jequitinhonha	36
Metropolitano	34
Norte	26
Sul	23
Mata	17
Vertentes	15
Caparaó	14
Alto Jequitinhonha	12
Triângulo Sul	12
Vale do Rio Doce	11
Noroeste	10
Mucuri	09
Sudoeste	07
Vale do Aço	06
Oeste	04
Central	02
Total	275

Fonte: Elaboração própria com dados disponibilizados pela SEDA

A seguir, serão detalhados os municípios do TDMBJ que foram beneficiados pelas entregas, bem como o número dessas entregas feitas em cada município.

Tabela 22: Municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha beneficiados pelos Kits Feira Livre e o número acumulado de entrega dos Kits até maio de 2017

Municípios	Nº total acumulado de Kits Feira Livre entregue
Araçuaí	12
Itaobim	10
Coronel Murta	03
Itinga	03
Novo Cruzeiro	02
Almenara	01
Berilo	01
Francisco Badaró	01
Joáima	01
José Gonçalves De Minas	01
Santo Antônio Do Jacinto	01
Total	36

Fonte: Elaboração própria com dados disponibilizados pela SEDA

A avaliação mais detalhada de aspectos referente aos impactos econômicos locais fica prejudicada, devido a esse programa estudado e seus desdobramentos ainda serem relativamente recentes. Somando-se a isso, o fato do último Censo agrário ter sido realizado em 2006 antes da criação do programa mais, a ausência de um novo Censo até a data desse estudo para se ter base comparativa a análise, bem como falta de outras pesquisas nesse cenário.

Apesar disso, a proposta do Governo de Minas Gerais divulgada através do portal dos Fóruns Regionais⁶¹, divide o Estado em territórios de desenvolvimento estabelecendo um fórum de debate em cada território. Com isso, busca-se avaliar melhor as demandas sociais para assim conduzir o planejamento das ações do governo. Em vista, dessa realidade compreende-se que a proposta e execução das ações relativas ao programa tratado estão em sintonia com as demandas sociais do TDMBJ.

As entregas dos “Kits Feira Livre”, dos caminhões, e a realização de eventos com intuito de promover as Feiras Livres locais partiram de demandas não apenas dos produtores envolvidos com a venda, mas também de orientações técnicas da Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) que realizam parcerias com o governo (inclusive dois servidores da SEDA foram cedidos pela EMATER, de acordo com o balanço da secretaria de 2015 com esse intuito.). (MINAS GERAIS, 2016)

⁶¹ www.forunsregionais.mg.gov.br

Sendo assim essas ações tratadas, inseridas no programa “Do Campo à Mesa”, visam atender demandas regionais dos principais agentes formadores desse mercado que é o produtor familiar (expressa através de cooperativas, associações e grupos locais) e do principal canal de assistência técnica a esses produtores que é a EMATER-MG. Com isso, é esperado que essa atuação propicie a comercialização e o escoamento desses alimentos de modo mais efetivo. O que poderá ser mais bem detalhado quantitativamente existindo acesso à base de dados atualizada que sustente essa análise, bem como melhor consolidação do programa ainda recente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho diz respeito à análise dos circuitos curtos agroalimentares da agricultura familiar e às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento desta temática, com enfoque no TDMBJ em Minas Gerais. Salienta-se que a partir somente dos dados apurados não se pode chegar a conclusões decisivas, haja vista, a dinâmica que envolve esse canal de desenvolvimento se modifica de acordo com o cenário e particularidades regionais. Nesse sentido, a monografia não propõe uma solução definitiva para a condição de pobreza e exclusão presente nesse local, mas uma maior abertura a discussões que possam contribuir a esse objetivo.

O circuito curto alimentar é considerado um instrumento de desenvolvimento local, que pretende reduzir a miséria e o abandono social em alguns pontos. Sendo uma alternativa de mercado para promoção da subsistência e inclusão social, de maneira sustentável. Por sua vez é um ponto de partida para alteração das bases institucionais subdesenvolvidas e excludentes. O que inclusive pode contribuir em atrair outros investimentos ao território (universidades, turismo, empresas, entre outros) que podem colaborar com o seu potencial de desenvolvimento.

Destarte, a consideração das características regionais é de grande valia na implementação de ações que visam ao desenvolvimento econômico e social. Afinal, experiências anteriores que desconsideraram esse processo no território se mostraram menos eficientes. Neste sentido, as melhores experiências indicam que programas com tais características: descentralizado, iniciativas capturáveis a cultura local, gestão participativa, incorporadas a dinâmicas comunitárias e a lógica tradicional de produção familiar, tendem a apresentar resultado mais satisfatórios. Isso ocorre devido a um efeito replicador conduzido por redes que envolvem os produtores e consumidores, juntamente com as associações e cooperativas de agricultores. Tudo isso em sintonia com um modelo de produção sustentável, ambientalmente adequado e inclusivo.

Outra característica importante dessa alternativa de mercado é o seu baixo custo de implementação, proposta através de programas com exequibilidade orçamentária realista no longo prazo, apesar da ocorrência de contingenciamentos que ameacem a existência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos últimos anos, não apenas no

território, mas em todo o país. Isso indica alto nível de dependência do programa em relação às transferências de recursos, que em parte pode ser amenizada através de reestruturações que colaborem para diminuição dessa dependência, aumentando sua capacidade em captar recursos próprios que sustentem o programa.

Acrescido a isso, o fato do TDMBJ ser um ambiente com significativa influência sazonal e com secas prolongadas ocorrem barreiras para diminuir a dependência das transferências de recursos aos programas institucionais voltados à agricultura familiar. Essa realidade se constitui um desafio ao aperfeiçoamento dessa política pública.

Ao contrário do PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não teve contingenciamento de recursos expressivos no período avaliado, mostrando inclusive evolução positiva no orçamento. Isso por sua vez afetou os municípios do TDMBJ no enfrentamento a dificuldades advindas de um período prorrogado de seca e na promoção da segurança alimentar dos alunos do ensino básico da rede pública, dentre os quais muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social. Tal quadro foi minimizado mediante o fornecimento de alimentos, sendo parte deles originários da produção familiar, o que também ajudou na remuneração desses produtores.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também foi um exemplo bem-sucedido, apesar de que a diminuição do número de novos contratos estabelecidos no território, acompanhado do aumento de recursos repassados ao programa são indícios de maior obstáculo a concessão dessas linhas de crédito. Essa situação não é bem avaliada, pois, o propósito do programa é justamente facilitar o acesso ao crédito àqueles produtores que não teriam outra forma de obtê-lo. Apesar de ser necessário a implementação de critérios para diminuir a inadimplência, tem-se que, eles não podem ser rígidos a ponto de inviabilizar o objetivo do programa. Em vista disso, esse ponto de equilíbrio deve ser acompanhado para evitar descompassos.

O programa 059 (“Do Campo à Mesa”), por ser de implementação recente, não foram encontrados pesquisas e indicadores que possam corroborar para uma análise mais consistente. Ele inclui importantes ações voltadas ao fortalecimento das Feiras Livres, atuando no âmbito comercial, ofertando equipamentos e infraestrutura básica para o exercício

dessas atividades. Sendo essas ações de caráter regional, com baixo custo de execução e que trazem benefícios imediatos a esse grupo de produtores e consumidores locais.

As ações aqui tratadas se estabelecem através de políticas públicas que se complementam, criando uma estrutura de mercado alternativa que coexiste com a agricultura patronal. Assim o circuito curto alimentar é estimulado por programas de governo que incentivam a oferta (com concessão de linhas de crédito), a demanda (através das compras institucionais diretamente com os produtores), e a comercialização (através do fortalecimento de canais de comércio, como as Feiras Livres). Tudo isso considerando as multifuncionalidades necessárias ao desenvolvimento econômico (sustentabilidade, inclusão social, justiça social, segurança alimentar) que foi defendido por alguns autores ao longo desse trabalho, bem como a concordância com a realidade do ambiente pobre e ruralizado do território estudado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; & VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641).

ABRAMOVAY, Ricardo (1999; 1988) - **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vols. 28 n°s 1,2, 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ALMEIDA, G.C.S de; LAMOUNIER, W. M. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n.3, p.345-355. 2005.

ÂNGULO, J.L.G. **Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina**, Vale do Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v.5, n.2. p.96-109. 2003

ANTAO, R. A. S.; CAMPANHOLO, T. **O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social**. Revista Católica, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-14. 2011.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez. 2000.

BACCARIN, J. G. *et al.* **Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo**. In: CONGRESSO Da SOCIEDADE BRASILEIRA De ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: SOBER, p.1-20. 2011.

BARROS, B. **Há 40 anos, DDT precipitou restrições**. Valor Econômico, São Paulo, 22 nov. Agronegócios, p. B12. 2010.

BELIK, Walter e CHAIM, Nuria Abrahão. **Formas Híbridas de Coordenação na Distribuição de Frutas, Legumes e Verduras no Brasil**. Unicamp: São Paulo, 1999.

BELL, Clive. **The Acquisition of agricultural technology: its determinants and effects**. The Journal of Development Studies, 9(1): 123-159, out. 1972.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário estatístico do crédito rural (até 2012)**. [Brasília, DF], 2013. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 25 abri. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2015a, 2ed. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5169-cartilha-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-e-agricultura-familiar>> Acesso em: 15 mai. 2017

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Repasses financeiros (até 2015)**. [Brasília, DF, 2016d]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/repasses-financeiros>>. Acesso em: 15 mai. 2017

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. [Brasília, DF], 2015b. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>. Acesso em 15 maio de 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2011**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960>. Acesso em: 26 mai. 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Relatório de Gestão – Exercício 2016**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em <<http://www.mi.gov.br/documents/3958478/0/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+Vers%C3%A3o+encaminhada+ao+TCU.pdf/d607d79c-87a9-4cee-b0e1-7dcc1ac912c4>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA**. [Brasília, DF], 2012c. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf> . Acesso em: 30 mai. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA Data**. Sistema de consulta de dados do PAA. [Brasília, DF], 2011. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 08 mai. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Relatórios de Gestão – Exercício 2013**. Brasília, DF, 2014. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_07_02_12_37_57_relatorio_de_gestao_de_2013_conab_versao_1.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Relatórios de Gestão – Exercício 2014**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_22_16_26_51_relatorio_de_gestao_2014.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Relatórios de Gestão – Exercício 2015**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_21_11_42_24_relatorio_de_gestao_2015_-_conab.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Relatório Analítico das Atividades da CONAB – Exercício 2015**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_05_02_15_06_36_balancocompleto.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

_____. Ministério da Integração. **Reconhecimentos de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) realizados em 2016 - Minas Gerais**. [S.l.], 2016c. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/reconhecimentos-em-2016>>. Acesso 29 maio de 2017

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 8, n. 3, 2001.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, Foz do Iguaçu. Anais, 27p. 1999.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global e Ed. Unicamp, 1985.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie.** Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. p. 8. 2007.

COELHO, A.; GONÇALVES, F. O crédito e o desenvolvimento do setor industrial no Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 5., 2007, Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2007.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários.** Brasília: CONAB, 2007.

COPPETTI, Lúcia Daiane. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso do Pronaf-Crédito no município de Alegria - RS.** [s.n.] 2008.

DAROLT, M. R., LAMINE, C. e BRANDENBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês.** Experiências em Agroecologia, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, p. 273. 2000.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília, FAO/INCRA, p. 98. 1994.

FARIA SILVA, Fernanda; CORREA, Vanessa Peterelli; NEDER, Henrique Dantas. **Estudo Comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infraestrutura, nas regiões Sul e Nordeste no Brasil – uma abordagem estatística.** In: Anais do Encontro Nacional de Economia, 2006.

FRANÇOIS, Martine. **Inovação no Meio Rural**, Caderno N.º7, Observatório Europeu LEADER, julho de 2000, p.15. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/circuits/circuits.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações (CEI). **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais 2010-2014.** [Belo Horizonte, MG], 2016. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/674-informativo-pib-dos-municipios-2010-20142/file>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

FURTADO, Celso. **A superação do subdesenvolvimento**. Economia e Sociedade. Campinas. 1994.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, v.91, n.3, p. 481-510, 1985.

GUILHOTO, Joaquim; ICHIHARA, Silvio Massaru; SILVEIRA, Fernando Gaiger; DINIZ, Bernardo P. Campolina; AZZONI, Carlos Roberto; MOREIRA, Guilherme Renato Caldo; **A Importância Da Agricultura Familiar No Brasil E EM Seus Estados** (Family Agriculture's GDP in Brazil and in It's States) (2007). V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007. Disponível em <http://200.144.189.47/feaecon/media/livros/capa_234.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2016.

IAASTD – Evaluación Internacional del papel del Conocimiento, la Ciencia y la Tecnología en el Desarrollo Agrícola: **Resumen de la evaluación mundial preparado para los responsables de la tomada de decisiones**.v.6, Washington, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 21 abri. 2017

MACHADO, E. L. **O papel da reputação na coordenação vertical da cadeia produtiva de frutas, legumes e verduras frescos**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Planejamento e Políticas públicas, v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, no. 1, abr. 2004

MATTEI, Lauro. **Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v38, n°1, jan-mar. 2007. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Lauro_Mattei/publication/267683086_Políticas_de_Apoio_ao_Developimento_da_Agricultura_Familiar_no_Brasil_O_Caso_Recente_do_Pronaf_1_-_INTRODUCAO/links/55fa0df208aeb1d9f28737d/Políticas-de-Apoio-ao-Desenvolvimento-da-Agricultura-Familiar-no-Brasil-O-Caso-Recente-do-Pronaf-1-INTRODUCAO.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

MDA/INCRA/FAO. Cardim, S. (INCRA) e Guanziroli, C. (FAO) (coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984. Rambaud, Placide. “L’apport des travailleurs de la terra à la société industrielle”. *Sociologia Ruralis*, 22, 2:108-121, 1982.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**, Revista Estudos Sociedade e Agricultura. p.39-52. 15.out.2000.

MORUZZI, P. M.; LACERDA, T. F. N. **Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina**. *Ruris*, Campinas, v. 2, p. 137-158, 2008.

PAVITT, K., **Sectoral patterns of technical change**. Toward a taxonomy and a theory. *Research Policy*, 13:343-373. 1984.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2016-2027)**, Volume III, Perfis Territoriais. [Belo Horizonte, MG], 2015. Disponível em: http://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/pmdi/pmdi/2015/documentos/pmdi_2015_vol_III.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. PPAG 2016-2019 Revisão para 2017. **Discussão participativa da revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017**. Ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) -. [Belo Horizonte, MG], 2017b. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/ppag/documentos/06_desenvolvimento_produtivo/agropecuaria/agropecuaria_secretaria_desenv_agrario.pdf. Acesso em: mai. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 2.937/2015**, Texto original. [Belo Horizonte, MG], 2015b. Disponível em: http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2015&n=2937&t=PL. Acesso em: 08 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças. **Balanço Anual 2015**. Belo Horizonte, MG, 2016.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças. **Balanço Anual 2016**. Belo Horizonte, MG, 2017a.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças. **Kits Feiras acumulado até maio 2017**. Formato Excel. Belo Horizonte, MG, 2017c.

PLOEG, J.D Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development**. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 497-511, Oct. 2000.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTAL BRASIL. **Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo – IPCA**. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no Semi-Árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Etene/Banco do Nordeste do Brasil, 2007. (Coleção BNB Projetos Sociais, 1).

SABOURIN, Eric. **Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n.2, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, p. 161-189, 2005.

_____. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, abril, p. 37-61, 2001.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3, p.511-531, Jul-Set/2010.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHULTZ, T. W. **Transforming traditional agriculture**. New Haven: Yale University Press, 1964.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação de Mestrado em Economia – Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

_____; STOLKE, Verena. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, F. Q. P. O.; FOSCACHES, C. A. L.; LIMA FILHO, D. O. **O perfil do consumidor de produtos orgânicos na cidade de Campo Grande-MS**. In: Semead Seminários em Administração – Sustentabilidade Ambiental nas organizações, 13., 2010, Anais... São Paulo, p. 1-20.

SINGER, Paul; **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. **Distribuição de renda e pobreza no Estado de Minas Gerais**/ Rosyler Cristina Santos Simão. Piracicaba, 2004.

SLIWIANY, Regina Maria. **Estatística social: como medir a qualidade de vida**. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.

SOARES, Ana Paula Amazonas. **A Relação entre o Capital Social e o Desenvolvimento Local**: o caso das comunidades rurais de baixo rendimento em Pernambuco, Brasil. Tese (Doutorado) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 2009.

SPROESSER, R. L; LIMA FILHO, D. O. **Gestão estratégica do comércio varejista de alimentos**. In: BATALHA, M. (coord.). Gestão Agroindustrial. GEPAL. São Paulo: Atlas, 3ed., p. 257-331, 2012.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo local. **Una estrategia de creación de empleo**. Madrid - ed. Pirámide, 1988.

VICKERS, J; YARROW, G. **Economic Perspectives on privatization**. Journal of Economic Perspectives, v.3, n.2, p. 111-132, 1991.

WILKINSON, J. **La pequeña producción e su relación com los sistemas de distribución**. IN BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria e nutrición em América Latina. São Paulo, Hucitec, 2004.

WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.